

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

**CONCESSIONÁRIA DO AEROPORTO
INTERNACIONAL DE GUARULHOS S.A.**

**EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021
E RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES**

Relatório dos Auditores Independentes - Sem Ressalva

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Concessionária do Aeroporto Internacional de Guarulhos S.A.
Guarulhos – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Concessionária do Aeroporto Internacional de Guarulhos S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido (passivo a descoberto) e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional

Chamamos atenção para a Nota Explicativa no 1 às demonstrações financeiras, que indica que a Companhia incorreu no prejuízo de R\$ 979.875 mil durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 (R\$ 124.030 mil durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2020) e que, naquela data, o patrimônio líquido (passivo a descoberto) estava negativo em R\$ 2.897.149 mil (R\$ 1.917.274 mil em 31 de dezembro de 2020) e o passivo circulante excedia o ativo circulante em R\$ 1.709.681 mil (R\$ 1.213.102 mil em 31 de dezembro de 2020).

A Administração considera o pressuposto da continuidade operacional da Companhia, pois com base nos seus estudos e projeções a situação patrimonial e financeira descritas acima é prevista no plano de negócios, que indica que a Companhia gerará recursos suficientes para continuar operando no futuro previsível. Adicionalmente, além do fluxo de caixa das operações projetado para os próximos doze meses ser positivo, a Companhia possui saldos de contas vinculadas destinadas ao pagamento da Outorga; bem como conta com o suporte financeiro dos seus acionistas para fazer frente aos compromissos de caixa, especificamente relacionados às obrigações de curto prazo junto ao BNDES, contrato este vinculado às obrigações da Outorga. Em 31 de dezembro de 2021, tais questões indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa sobre sua continuidade operacional da Companhia. Nossa conclusão não está ressalvada em relação a esse assunto.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Além do assunto descrito na seção “Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional”, determinamos que os assuntos descritos a seguir são os principais assuntos de auditoria a serem comunicados em nosso relatório.

Avaliação do valor recuperável do ativo intangível relacionado à concessão

Motivo pelo qual o assunto foi considerado um principal assunto de auditoria

Conforme descrito na Nota Explicativa no 10 – “Intangível”, a Companhia possui montante significativo de ativos não financeiros relacionados à sua concessão, cujo o saldo em 31 de dezembro de 2021 era de R\$ 12.749.399 mil (R\$ 13.334.361 mil em 31 de dezembro de 2020). Em 31 de dezembro de 2021, a situação financeira da Companhia indicava que o valor contábil desse ativo poderia exceder seu valor recuperável e, por esse motivo, a administração da Companhia realizou a atualização do teste de avaliação do valor recuperável do ativo intangível realizado em 2020.

Esse tema foi considerado novamente como uma área crítica e, devido aos impactos da pandemia, um assunto ainda de maior de risco em nossa abordagem de auditoria durante 2021, tendo em vista que as estimativas e projeções presentes na avaliação do valor recuperável são intrinsecamente sujeitas a incertezas e diversos eventos ou fatores que estão além do controle da administração, especialmente aqueles cuja ocorrência depende de eventos futuros e incertos, que podem trazer impactos significativos na elaboração das demonstrações financeiras.

Como o assunto foi tratado na auditoria das demonstrações financeiras

Com o auxílio de nossos especialistas internos em avaliação econômico-financeira procedemos com os seguintes testes durante nossos procedimentos de auditoria: (i) revisamos a metodologia adotada para elaboração do estudo e avaliamos se os dados considerados no estudo eram as melhores informações disponíveis e se foram consideradas sobre as práticas de mercado observáveis (ii) revisamos e desafiamos as principais premissas utilizadas pela administração, considerando o ambiente econômico geral, incluindo os impactos causados pela pandemia nos negócios e no planejamento da Companhia, avaliamos também as expectativas dos analistas, as premissas utilizadas no estudo anterior e seu desempenho quando comparadas com o resultado efetivamente obtido com as informações históricas utilizadas; e (iii) avaliamos o risco associado com o fluxo de caixa e seu efeito relacionado à taxa de desconto, objetivando analisar a razoabilidade da taxa de desconto aplicada sobre os fluxos de caixa do modelo preparados pela Companhia, levando em conta seu cálculo matemático e a utilização de melhores premissas para cálculo da taxa.

Também como parte de um dos procedimentos aplicados, elaboramos uma análise de sensibilidade independente considerando um cenário mais conservador e comparamos com o valor recuperável obtido no estudo elaborado pela administração da Companhia, com o objetivo de avaliarmos a recuperabilidade do ativo em um cenário menos favorável.

Com base nos procedimentos de auditoria efetuados e nas evidências de auditoria obtidas que suportaram nossos procedimentos de auditoria, consideramos que a avaliação do valor recuperável, elaborada pela administração da Companhia, está adequada no contexto das demonstrações financeiras tomadas como um todo.

Realização do imposto de renda e da contribuição social diferidos ativos

Motivo pelo qual o assunto foi considerado um principal assunto de auditoria

Conforme descrito na Nota Explicativa no 7 – “Impostos, taxas e contribuições” subitem (b), a Companhia possui na rubrica de imposto de renda e contribuição social diferidos ativos o montante de R\$ 1.348.534 mil (R\$ 1.224.117 mil em 31 de dezembro de 2020), provenientes de diferenças temporárias, prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social, que foram considerados pela Companhia como recuperáveis com base em estudos realizados de projeção de geração de lucros tributáveis futuros.

Esse tema foi novamente considerado como uma área crítica e, portanto, de risco em nossa abordagem de auditoria de 2021, devido à subjetividade e julgamento envolvidos na elaboração da estimativa de lucro tributável futuro, que considera projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros.

Como o assunto foi tratado na auditoria das demonstrações financeiras

Com o auxílio de nossos especialistas internos em avaliação econômico-financeira, avaliamos a razoabilidade das principais premissas utilizadas para suportar a suficiência da projeção de lucros tributáveis futuros contra os quais os prejuízos fiscais e bases negativas não utilizados poderiam ser utilizados, incluindo as projeções operacionais, financeiras, dados macroeconômicos, do setor e de participantes de mercado, e efetuamos análise de sensibilidade das premissas mais significativas utilizadas. Envolvermos também os nossos especialistas em tributos nas análises sobre o cálculo dos impostos diferidos ativos, na validação da razoabilidade da base de cálculo dos prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social e avaliação quanto aos aspectos qualitativos e quantitativos das diferenças temporárias.

Com base nos procedimentos de auditoria efetuados e nas evidências de auditoria obtidas que suportam os nossos testes, consideramos aceitáveis os critérios e premissas utilizados pela Companhia na avaliação do valor dos saldos do imposto de renda e contribuição social diferidos ativos, assim como as respectivas divulgações, no contexto das demonstrações financeiras tomadas como um todo.

Constituição de provisão para perda esperada com crédito de liquidação duvidosa

Motivo pelo qual o assunto foi considerado um principal assunto de auditoria

Conforme descrito na Nota Explicativa no 6 – “Contas a receber”, em 31 de dezembro de 2021 a Companhia, muito embora tenha apresentado uma diminuição significativa em sua provisão para perdas esperadas com créditos de liquidação duvidosa de clientes que foram severamente impactados pela pandemia nas empresas do segmento aéreo, esse tema foi considerado como uma área crítica e de risco em nossa abordagem de auditoria durante 2021. Essa classificação deve-se pelo fato de que o cálculo das perdas esperadas com créditos de liquidação duvidosa envolve julgamentos significativos sobre os critérios e premissas utilizadas, devido ao impacto direto da pandemia, que estão além do controle da administração e que podem trazer impactos significativos na elaboração das demonstrações financeiras.

Como o assunto foi tratado na auditoria das demonstrações financeiras

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) entendimento com responsáveis da administração sobre os principais critérios envolvidos na elaboração das premissas para cálculo da estimativa de perda esperada do contas a receber; (ii) avaliação das estimativas utilizadas pela administração em relação às perdas esperadas contabilizadas; (iii) análise da integridade das bases de cálculo utilizadas; (iv) testes em bases amostrais com o objetivo de validar o histórico de perda; (v) recálculo matemático dos índices de inadimplência; (vi) inspeção, em base amostral, das documentações que suportavam negociações realizadas com clientes; e realização de testes de avaliação de eventos subsequentes, em base amostral, (recebimentos subsequentes), ocorridos até a data de nosso relatório, para verificar se havia necessidade de complemento na provisão inicialmente constituída.

Com base nos procedimentos de auditoria efetuados e nas evidências de auditoria obtidas que suportam os nossos testes, consideramos aceitáveis as premissas e critérios utilizados pela administração para constituição da provisão para perda esperada com crédito de liquidação duvidosa e respectivas divulgações, no contexto das demonstrações financeiras tomadas como um todo.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As Demonstrações do Valor Adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo está de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa Norma e são consistentes em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Auditoria das cifras do ano anterior

As demonstrações financeiras, mencionadas no primeiro parágrafo, incluem informações contábeis correspondentes: (i) ao resultado e resultado abrangente para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, (ii) às mutações do patrimônio líquido, fluxos de caixa e valor adicionado para o exercício findo naquela mesma data, obtidas das informações financeiras daquele exercício; e (iii) aos balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2020, obtidas das demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2020, apresentadas para fins de comparação. O exame das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2020, foram conduzidos sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria datado de 15 de março de 2021, sem ressalvas e com parágrafo sobre incerteza relacionada com a continuidade operacional. Não fomos contratados para auditar, revisar ou aplicar quaisquer procedimentos sobre as informações financeiras referentes as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e, portanto, não expressamos opinião ou qualquer forma de asseguarção sobre eles tomados em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 15 de março de 2022

DocuSigned by:

Jose Ricardo Bordignon

608E1D4C499046C...

José Ricardo Bordignon

Contador CRC 1SP221807/O-6

Mazars Auditores Independentes
CRC 2 SP023701/O-8

CONCESSIONÁRIA DO AEROPORTO INTERNACIONAL DE GUARULHOS S.A.

BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020

(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>Nota</u>	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
<u>ATIVO</u>			
CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	4	247.737	329.551
Aplicações financeiras vinculadas	5	747.330	145.647
Contas a receber	6	221.058	149.814
Estoques		11.686	10.310
Impostos a recuperar	7a	38.893	30.413
Adiantamentos		7.076	7.070
		<u>1.273.780</u>	<u>672.805</u>
NÃO CIRCULANTE			
Aplicações financeiras vinculadas	5	158.385	128.389
Contas a receber	6	9.855	5.037
Impostos diferidos ativos	7b	787.619	609.840
Estoques		4.172	4.253
Impostos a recuperar	7a	336.913	361.934
Partes relacionadas	8	36.449	17.730
Depósitos judiciais	14	27.183	25.832
Imobilizado	9	1.884	2.653
Intangível	10	12.749.399	13.334.361
		<u>14.111.859</u>	<u>14.490.029</u>
TOTAL DO ATIVO		<u>15.385.639</u>	<u>15.162.834</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

CONCESSIONÁRIA DO AEROPORTO INTERNACIONAL DE GUARULHOS S.A.

BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>Nota</u>	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
<u>PASSIVO</u>			
CIRCULANTE			
Fornecedores		50.325	40.065
Empréstimos e financiamentos	11	322.347	297.842
Debêntures	12	129.849	102.671
Impostos a recolher	7d	106.673	103.703
Obrigações com empregados e administradores		17.014	9.713
Concessão de serviço público	13	2.204.864	1.207.381
Partes relacionadas	8	56.466	25.426
Receita diferida	15	25.413	21.057
Adiantamento de clientes		6.787	22.905
Outros passivos	16	63.723	55.144
		<u>2.983.461</u>	<u>1.885.907</u>
NÃO CIRCULANTE			
Empréstimos e financiamentos	11	2.047.212	2.372.130
Debêntures	12	536.209	574.082
Concessão de serviço público	13	12.521.796	12.089.152
Provisão para obrigações legais	14	37.874	29.869
Receita diferida	15	152.617	127.690
Adiantamento de clientes		3.619	1.278
		<u>15.299.327</u>	<u>15.194.201</u>
PATRIMÔNIO LÍQUIDO (PASSIVO A DESCOBERTO)			
Capital social	17	2.624.558	2.624.558
Prejuízo acumulado		(4.541.832)	(4.417.802)
Resultado do exercício		(979.875)	(124.030)
Total do patrimônio líquido (passivo a descoberto)		<u>(2.897.149)</u>	<u>(1.917.274)</u>
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO (PASSIVO A DESCOBERTO)		<u>15.385.639</u>	<u>15.162.834</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

CONCESSIONÁRIA DO AEROPORTO INTERNACIONAL DE GUARULHOS S.A.DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE
DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando mencionado de outra forma)

	<u>Nota</u>	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Receita líquida de serviços tarifários e não tarifários		1.602.775	1.375.755
Receita de construção		32.024	39.543
Receita operacional líquida	18	<u>1.634.799</u>	<u>1.415.298</u>
Custo dos serviços prestados	19	(1.255.344)	(1.335.542)
Custo de construção	19	<u>(32.024)</u>	<u>(39.543)</u>
Lucro bruto		347.431	40.213
Despesas gerais e administrativas	19	(69.072)	(239.290)
Outras receitas e despesas	19	<u>702.504</u>	<u>769.140</u>
Resultado antes das receitas e despesas financeiras		980.863	570.063
Resultado financeiro líquido	20	<u>(2.138.517)</u>	<u>(1.284.393)</u>
Resultado antes dos impostos		(1.157.654)	(714.330)
Imposto de renda e contribuição social	7c	<u>177.779</u>	<u>590.300</u>
Prejuízo líquido do exercício		<u>(979.875)</u>	<u>(124.030)</u>
Prejuízo líquido por ação (em reais)	26	<u>(0,323)</u>	<u>(0,041)</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

CONCESSIONÁRIA DO AEROPORTO INTERNACIONAL DE GUARULHOS S.A.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020

(Valores expressos em milhares de reais)

	31/12/2021	31/12/2020
Prejuízo do exercício	<u>(979.875)</u>	<u>(124.030)</u>
Total do resultado abrangente no exercício	<u><u>(979.875)</u></u>	<u><u>(124.030)</u></u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

CONCESSIONÁRIA DO AEROPORTO INTERNACIONAL DE GUARULHOS S.A.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (PASSIVO A DESCOBERTO) PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020

(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>Capital social</u>	<u>Prejuízos acumulados</u>	<u>Total</u>
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020	2.624.558	(4.541.832)	(1.917.274)
Prejuízo do exercício	-	(979.875)	(979.875)
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021	<u>2.624.558</u>	<u>(5.521.707)</u>	<u>(2.897.149)</u>
	<u>Capital social</u>	<u>Prejuízos acumulados</u>	<u>Total</u>
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019	2.624.558	(4.417.802)	(1.793.244)
Prejuízo do exercício	-	(124.030)	(124.030)
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020	<u>2.624.558</u>	<u>(4.541.832)</u>	<u>(1.917.274)</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

CONCESSIONÁRIA DO AEROPORTO INTERNACIONAL DE GUARULHOS S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020

(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota	31/12/2021	31/12/2020
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Prejuízo do exercício antes dos impostos		(1.157.654)	(714.330)
Ajustes para reconciliar o prejuízo antes dos impostos com o caixa gerado pelas atividades operacionais			
Depreciação e amortização	9/10	806.929	923.929
Baixa de imobilizado e intangível	9/10	49	23.710
Perdas esperadas em créditos de liquidação duvidosa	6/19	(54.482)	83.479
Provisão para obrigações legais	14	8.005	12.430
Apropriação de receita diferida	15	(11.163)	(19.850)
Variações monetárias e encargos, líquidas		2.125.531	438.671
Reequilíbrio econômico financeiro	13/15	(1.607.449)	(911.152)
Realização do custo de captação de empréstimos/debêntures	12	959	962
Redução (aumento) nos ativos operacionais			
Contas a receber		(21.580)	17.839
Estoques		(1.295)	4.506
Outros adiantamentos		(6)	1.591
Impostos a recuperar		16.541	27.693
Depósitos judiciais		(1.351)	(5.645)
Partes relacionadas		(18.719)	-
Aumento (redução) nos passivos operacionais			
Fornecedores		3.574	(17.439)
Partes relacionadas		31.040	-
Obrigações com empregados e administradores		7.301	(10.971)
Impostos a recolher		2.970	64.026
Adiantamento de clientes		(13.777)	8.915
Outras obrigações e contas a pagar		8.579	(84.814)
Outorga variável	13	183.080	155.999
Pagamento outorga variável	13	-	(239.776)
Receita diferida	15	841.043	878.167
Juros pagos	11/12	(240.138)	(147.835)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		<u>907.987</u>	<u>490.105</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Aplicação financeira		(661.705)	(126.154)
Rendimento de aplicação financeira resgatada		67.389	39.728
Aquisição de intangível		(16.994)	(41.720)
Aquisição de imobilizado	9	(34)	(26)
Caixa líquido consumido pelas atividades de investimento		<u>(611.344)</u>	<u>(128.172)</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Captação de empréstimos e financiamentos	11	-	9.735
Pagamento de empréstimos, financiamentos e debêntures	11/12	(378.457)	(169.374)
Caixa líquido consumido pelas atividades de financiamento		<u>(378.457)</u>	<u>(159.639)</u>
Redução (aumento) líquido no caixa e equivalentes de caixa		<u>(81.814)</u>	<u>202.294</u>
Saldo de caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		329.551	127.257
Saldo de caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		<u>247.737</u>	<u>329.551</u>
Redução (aumento) líquido no caixa e equivalentes de caixa		<u>(81.814)</u>	<u>202.294</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

CONCESSIONÁRIA DO AEROPORTO INTERNACIONAL DE GUARULHOS S.A.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM
31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020

(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>Nota</u>	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Receitas		2.343.862	1.910.028
Receita operacional bruta tarifária e não tarifária	18	2.257.356	1.953.964
Receita de construção	18	32.024	39.543
Perdas esperadas em créditos de liquidação duvidosa	6/19	54.482	(83.479)
Insumos adquiridos de terceiros		(162.481)	(73.697)
Custos dos serviços prestados		(729.676)	(673.424)
Custo de construção	19	(32.024)	(39.543)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		599.219	639.270
Valor adicionado bruto		2.181.381	1.836.331
Retenções			
Depreciação e amortização	19	(806.767)	(923.877)
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia		1.374.614	912.454
Valor adicionado recebido em transferência			
Receitas financeiras	20	90.052	56.801
Valor adicionado total a distribuir		1.464.666	969.255
Distribuição do valor adicionado		1.464.666	969.255
Pessoal e encargos		93.357	93.991
Remuneração direta		64.415	61.935
Benefícios		24.224	26.098
FGTS		4.718	5.958
Impostos, taxas e contribuições		126.218	(339.716)
Federais		44.684	(401.151)
Municipais		81.534	61.435
Remuneração do capital de terceiros		2.224.966	1.339.010
Juros	20	305.756	279.564
Atualização outorga	20	1.857.137	1.047.831
Outros		62.073	11.615
Remuneração de capital próprio		(979.875)	(124.030)
Prejuízo do exercício		(979.875)	(124.030)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

CONCESSIONÁRIA DO AEROPORTO INTERNACIONAL DE GUARULHOS S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE
2021 E DE 2020

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando mencionado de outra forma)

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Concessionária do Aeroporto Internacional de Guarulhos S.A. (“Concessionária”, “Companhia”, “Aeroporto” ou “GRU *Airport*”) é uma Sociedade de Propósito Específico (SPE) formada pela participação societária do Aeroporto de Guarulhos Participações S.A. Grupar (“Grupar”), uma controlada do grupo INVEPAR, com 51% e da Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária (INFRAERO) com 49%, constituída em 08 de maio de 2012. A Concessionária é uma sociedade por ações de capital aberto, categoria “B” e tem como principal objeto social a prestação de serviços públicos para a ampliação, manutenção e exploração de infraestrutura aeroportuária. A Concessionária tem sede na Rodovia Hélio Smidt, s/n, Guarulhos, São Paulo.

O Governo Federal e a Concessionária assinaram o contrato de concessão do Aeroporto Internacional de São Paulo/Guarulhos - Governador André Franco Montoro no dia 14 de junho de 2012, pelo período correspondente a 20 anos, tendo seu início em 11 de julho de 2012 e término em 10 de julho de 2032, podendo ser renovado por mais 05 anos. Esse contrato de concessão prevê que a Concessionária realize pagamentos de outorga fixa e variável, conforme descrito na nota explicativa nº 13.

Em dezembro de 2017, com o intuito de melhorar a estrutura de capital para os próximos anos, a Concessionária aderiu à reprogramação dos fluxos de pagamentos da contribuição fixa, instituída pela Lei nº 13.999/17, antecipando parcialmente o valor da outorga fixa de 2018 e postergando na mesma proporção o valor para 2031 e 2032 (vide nota explicativa nº 13, 1º Repactuação).

Em dezembro de 2020, em consequência dos desdobramentos e continuidade da pandemia da COVID-19, a Concessionária aderiu a uma nova reprogramação dos fluxos de pagamentos da contribuição fixa (vide Nota Explicativa nº 13, 2º Repactuação).

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a Concessionária apresentou prejuízo no montante de R\$ 979.875 (R\$ 124.030 no exercício findo em 31 de dezembro de 2020), e em 31 de dezembro de 2021, apresentou um capital circulante líquido negativo de R\$ 1.709.681 (R\$ 1.213.102 em 31 de dezembro de 2020) e patrimônio líquido (passivo a descoberto) no montante de R\$ 2.897.149 (R\$ 1.917.274 em 31 de dezembro de 2020). As demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto da continuidade operacional, pois a Administração concluiu, com base em seu julgamento, que a situação patrimonial atual de prejuízo, capital circulante líquido negativo e patrimônio líquido (passivo a descoberto) é prevista no plano de negócios e que a Concessionária gerará recursos suficientes para continuar operando no futuro previsível.

Pelos próximos 11 anos, a Concessionária realizará investimentos para melhorar a capacidade da infraestrutura, segurança, incluindo novos processos e serviços para seus passageiros e usuários.

1.1. CORONAVÍRUS (COVID-19)

Efeitos da pandemia do COVID-19

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a Concessionária apresentou o seguinte desempenho operacional.

GRU Airport	2021	2020	%
Passageiros total (Mil)	24.172	20.323	18,9%
Movimento total de Aeronaves	188.573	155.912	20,9%
Carga total (Toneladas)*	330.608	211.079	56,6%

*Volume total de cargas movimentadas.

Todas as ações realizadas, pela Administração da Concessionária, como mencionado nas demonstrações financeiras divulgadas de 31 de dezembro de 2020 (publicadas na imprensa oficial em 26 de março de 2021 e nos websites: www.cvm.gov.br e www.gru.com.br), permanecem para o ano de 2021, para a preservação da saúde financeira e continuidade dos negócios, diante ainda das incertezas dos impactos da pandemia do Coronavírus.

Entre os meses de maio e junho de 2021, uma ação que integra o Programa Nacional de Operacionalização da Vacina contra a COVID-19, do Ministério da Saúde e o Plano Estadual de Imunização garantiu a distribuição de cerca de 16 mil doses. Entre as pessoas que foram imunizadas com a primeira dose, estão os colaboradores diretos e indiretos da Concessionária e profissionais da comunidade aeroportuária.

Apesar do surgimento de novas variantes, até o momento da divulgação dessas demonstrações financeiras, diante da implementação do plano de vacinação contra a COVID-19, podemos observar uma melhora no cenário em relação à diminuição de casos de contaminação no país, refletindo uma melhora no desempenho operacional no comparativo ao mesmo exercício do ano anterior.

A Administração da Concessionária continuará tomando todas as ações necessárias para proteção, prevenção e mitigação, visando preservar a integridade dos colaboradores, clientes e comunidade aeroportuária e minimizar os impactos nas operações como está sendo realizado desde o início da pandemia.

2. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), as quais incluem as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações e normas e procedimentos contábeis emitidos pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que estão em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro emitidas pelo IASB.

As demonstrações financeiras da Concessionária estão sendo apresentadas conforme

orientação técnica OCPC 07, que trata dos requisitos básicos de elaboração e evidenciação a serem observados quando da divulgação dos relatórios contábil-financeiros, em especial das contidas nas notas explicativas. A Administração confirma que estão sendo evidenciadas todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras e que estas correspondem às utilizadas em sua gestão.

2.2. Base de elaboração

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos no fim de cada período de relatório, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir.

O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de bens e serviços.

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação organizada entre participantes do mercado na data de mensuração, independentemente de esse preço ser diretamente observável ou estimado usando outra técnica de avaliação. Ao estimar o valor justo de um ativo ou passivo, a Concessionária leva em consideração as características do ativo ou passivo no caso de os participantes do mercado levarem essas características em consideração na precificação do ativo ou passivo na data de mensuração.

O valor justo para fins de mensuração e/ou divulgação nestas demonstrações financeiras é determinado nessa base, como uma mensuração baseada em mercado e não uma mensuração específica da Concessionária. Além disso, para fins de preparação de relatórios financeiros, as mensurações do valor justo são classificadas nas categorias Níveis 1, 2 ou 3, conforme descrito na nota explicativa nº 24.

2.3. Apresentação das demonstrações financeiras

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e nos pronunciamentos, nas orientações e nas interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Não existem normas e interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado ou no patrimônio divulgado pela Concessionária.

A Administração da Concessionária, autorizou em 15 de março de 2022, a emissão destas demonstrações financeiras.

2.4. Reconhecimento da receita de contrato com o cliente

A receita é mensurada com base na contraprestação de serviço, especificada no contrato acordado com o cliente.

A Concessionária reconhece a contraprestação de serviço no momento em que transfere ao cliente o controle sobre o serviço.

a) Receita de serviços

A receita de serviços é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas, sendo registrada no momento da prestação dos serviços.

Receita de serviços tarifários: é reconhecida pelas tarifas pagas pelos usuários quando da efetiva utilização dos serviços, equipamentos, instalações e das facilidades disponíveis no aeroporto. Contempla as tarifas de embarque, conexão, pouso, permanência, armazenagem e capatazia. Essas tarifas são realizadas de acordo com as regras previstas no contrato de concessão.

Receita de serviços não tarifários: conforme previsto no contrato de concessão, a Concessionária pode explorar outras atividades econômicas como cessão de espaços, estacionamentos, publicidade e outros serviços auxiliares às áreas comerciais do complexo aeroportuário através de contratos celebrados com prestadores de serviços ou exploradores de outras atividades econômicas. A receita de serviços não tarifários é reconhecida ao longo do tempo conforme os serviços são prestados.

b) Receita de juros

A receita de juros é reconhecida pelo método linear com base no tempo e na taxa de juros efetiva sobre o montante principal em aberto, sendo a taxa de juros efetiva aquela que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida estimada do instrumento financeiro em relação ao valor contábil líquido inicial deste ativo.

c) Receita de construção

A receita de construção é reconhecida quando os serviços de ampliação/melhoria da infraestrutura são finalizados e entram em operação.

A margem de construção é calculada a valor zero, e os valores contratados de terceiros para os serviços de construção estão considerados a valor justo e não há empresa contratada para gerenciamento das obras.

2.5. Transações em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data do balanço. Todas as diferenças são registradas na demonstração do resultado. Ativos e passivos não monetários adquiridos ou contratados em moeda estrangeira são convertidos com base nas taxas de câmbio das datas das transações ou nas datas de avaliação ao valor justo quando este é utilizado.

A Concessionária definiu o Real (R\$) como sua moeda funcional.

2.6. Caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras vinculadas

Caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras vinculadas incluem caixa, contas bancárias e investimentos de curto prazo com liquidez imediata, em um montante conhecido de caixa e com baixo risco de variação no valor de mercado, que são mantidos com a finalidade de gerenciamento dos compromissos de curto prazo da Concessionária. Esses investimentos são avaliados ao valor justo por meio do resultado, acrescidos de juros até a data do balanço, sendo o ganho ou a perda registrada no resultado do exercício.

Os equivalentes de caixa são representados por recursos não vinculados/restritos que são mantidos com a finalidade de atender compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins.

2.7. Contas a receber

As contas a receber de clientes são registradas pelo valor dos serviços prestados incluindo os respectivos impostos diretos de responsabilidade tributária da Concessionária.

A provisão para perdas esperadas de créditos é mensurada a um valor igual à perda de crédito esperada para o contas a receber e é constituída com base na avaliação de clientes com parcelas em atraso a mais de 30 dias e em montante considerado suficiente pela Administração para suprir as perdas esperadas na realização dos créditos, levando em consideração a classificação do cliente de acordo com seu nível de risco, o valor do saldo em aberto e o histórico de perdas com contas a receber.

Em cada data de balanço, a Concessionária avalia se o contas a receber está com problemas de recuperação quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

- Dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário;
- Quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso de mais de 30 dias;
- Reestruturação de um valor devido à Concessionária em condições que não seriam aceitas em condições normais; ou
- A probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira.

2.8. Estoques

Os estoques se referem a itens vitais e essências a operação e são registrados pelo custo médio de aquisição ajustados ao valor realizável líquido e das eventuais perdas quando aplicável. Os estoques cuja expectativa de utilização ocorra após 12 meses ou mais da data das demonstrações financeiras, são apresentados no ativo não circulante.

2.9. Imobilizado

Registrado ao custo de aquisição, formação ou construção, deduzido das respectivas depreciações acumuladas calculadas pelo método linear as taxas que levam em consideração a vida útil econômica desses bens.

São registrados como parte dos custos das imobilizações em andamento, no caso de ativos qualificáveis, os custos de empréstimos.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado, no exercício em que o ativo for baixado.

O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

2.10. Intangível

Refere-se ao valor do direito de concessão registrado a valor presente, os investimentos para a concessão e os direitos de uso de software, sendo registrados ao custo de aquisição.

Os ativos intangíveis construídos em decorrência do contrato de concessão são registrados ao custo da construção e aos custos dos empréstimos atribuíveis a esse ativo.

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados inicialmente, ao custo de aquisição e, posteriormente, deduzidos da amortização acumulada e perdas do valor recuperável, quando aplicável.

Os ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados de acordo com sua vida útil econômica estimada e, quando são identificadas indicações de perda de seu valor recuperável, submetidos a teste para análise. Os ativos intangíveis relacionados aos direitos de concessão são amortizados ao longo do prazo da concessão pela curva de benefício econômico, tendo sido adotada a curva de passageiros (PAX) estimada como base para a amortização.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo.

2.11. Benefícios a empregados

A Concessionária concede benefícios a empregados incluindo plano de previdência privada, assistência médica, odontológica, participação nos resultados, dentre outros, e é patrocinadora do Plano de Aposentadoria de Contribuição Variável - Plano CV do Instituto Infraero de Seguridade Social (Infraprev), com a finalidade de viabilizar

a manutenção do plano para a massa de empregados oriundos da Infraero. Para os empregados admitidos pela Concessionária o plano de previdência privada oferecido é o BrasilPrev, benefício de aposentadoria por sobrevivência previsto no PGBL e/ou indenização sob a forma de renda prevista no VGBL.

Um passivo de benefícios aos empregados é provisionado conforme o salário, férias e licenças no período em que os serviços relacionados são prestados, a um montante não descontado de benefícios que se espera que sejam pagos em troca daqueles serviços.

2.12. Provisão para redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas, e os valores contábeis líquidos excedam o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos, que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base no contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

Em 31 de dezembro de 2021, não foram identificadas perdas por desvalorização de ativos não financeiros.

2.13. Outros ativos e passivos

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Concessionária e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Concessionária possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo e são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial.

2.14. Tributação

As receitas de serviços estão sujeitas aos impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

Nome do tributo	Sigla	Alíquotas		
		Receitas tarifárias	Receitas não tarifárias	Receitas financeiras
Contribuição para o Programa de Integridade Social	PIS	1,65%	1,65%	0,65%
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social	COFINS	7,60%	7,60%	4,00%
Imposto sobre Serviço de Qualquer Natureza	ISSQN	5,00%	-	-

A tributação sobre o lucro do exercício compreende o Imposto de Renda Pessoa Jurídica (“IRPJ”) e a Contribuição Social Sobre Lucro Líquido (“CSLL”), correntes e diferidos, que são calculados com base nos resultados tributáveis (lucro contábil ajustado), às alíquotas vigentes na data do balanço, sendo elas: (i) Imposto de Renda - calculado à alíquota de 25% sobre o lucro contábil ajustado (15% sobre o lucro contábil ajustado, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem R\$ 240 no período de 12 meses); e (ii) Contribuição Social - calculada à alíquota de 9% sobre o lucro contábil ajustado.

As inclusões ao lucro contábil de despesas temporariamente não dedutíveis ou exclusões de receitas temporariamente não tributáveis, consideradas para apuração do lucro tributável corrente, geram créditos ou débitos tributários diferidos.

Os impostos diferidos são decorrentes de prejuízo fiscal, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias, quais foram constituídas levando-se em consideração a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, fundamentada em estudo técnico de viabilidade, aprovado pela Administração.

O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado a cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado. Os impostos diferidos ativos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos tributários diferidos sejam recuperados. Os impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de impostos (e lei tributária) que foram promulgadas até a data do balanço.

Os impostos diferidos ativos e passivos serão apresentados líquidos se existir um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal e se os impostos diferidos forem relacionados à mesma autoridade tributária.

As antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização.

2.15. Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são ajustados pelo seu valor presente e os de curto prazo, somente quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

O ajuste ao valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita e, em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Dessa forma, os juros embutidos nas receitas, despesas e custos

associados a esses ativos e passivos são descontados com o intuito de reconhecê-los em conformidade com o regime de competência. Posteriormente, esses juros são realocados nas linhas de despesas e receitas financeiras no resultado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa contratuais.

2.16. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

Julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras da Concessionária requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base das demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderiam levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

Estimativas e premissas:

Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo.

O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos cinco anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou, investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como os recebimentos de caixa futuros esperados e a taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

Impostos

Existem incertezas com relação a interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros, bem como a natureza de longo prazo e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registrada. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Concessionária.

Julgamento significativo da Administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias futuras de planejamento tributário.

Valor justo de instrumentos financeiros

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível, contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados, como por exemplo: risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros.

Provisões para riscos tributários, cíveis, administrativos e trabalhistas

A Companhia reconhece provisão para causas tributárias, cíveis, administrativas e trabalhistas quando aplicáveis. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

2.17. Demonstrações dos fluxos de caixa e do valor adicionado

A demonstração do fluxo de caixa foi preparada pelo método indireto e está sendo apresentada de acordo com o pronunciamento CPC 03(R2) – Demonstração dos fluxos de caixa (IAS 7).

A demonstração do valor adicionado foi preparada e está sendo apresentada de acordo com o Pronunciamento CPC 09 – Demonstração do valor adicionado.

2.18. Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros da Concessionária são representados pelo caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras vinculadas, contas a receber, partes relacionadas, fornecedores, empréstimos, financiamentos, debêntures e concessão de serviço público.

Os instrumentos financeiros foram reconhecidos de acordo com o CPC 48 (IFRS 9) – Instrumentos financeiros, adotado pela Companhia em 1º de janeiro de 2018, conforme Deliberação CVM 763/16.

O reconhecimento inicial desses ativos e passivos financeiros são feitos apenas quando a Concessionária se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos e são reconhecidos pelo valor justo acrescido, para instrumentos que não sejam

reconhecidos pelo valor justo por meio do resultado, por quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis.

Após o reconhecimento inicial, a Concessionária classifica os ativos financeiros como subsequentemente mensurados ao:

- **Custo amortizado:** quando os ativos financeiros são mantidos com o objetivo de receber os fluxos de caixa contratuais e os termos contratuais desses ativos devem originar, exclusivamente, fluxos de caixa decorrentes de pagamento de principal e juros sobre o valor do principal em aberto;
- **Valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA):** quando os ativos financeiros são mantidos tanto com o objetivo de receber os fluxos de caixa contratuais, quanto pela venda desses ativos financeiros. Além disso, os termos contratuais devem originar, exclusivamente, fluxos de caixa decorrentes de pagamento de principal e juros sobre o valor do principal em aberto;
- **Valor justo por meio do resultado (VJR):** quando os ativos financeiros não são mensurados pelo custo amortizado, valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou quando são designados como tal no reconhecimento inicial. Os instrumentos financeiros são designados a mensuração pelo valor justo por meio do resultado quando a Concessionária gerencia e toma as decisões de compra e venda de tais investimentos, com base em seu valor justo e de acordo com a estratégia de investimento e gerenciamento de risco documentado pela Concessionária.

Após reconhecimento inicial, custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos, bem como os resultados de suas flutuações no valor justo.

A classificação dos ativos financeiros é baseada tanto no modelo de negócios da Concessionária para a gestão dos ativos financeiros, quanto nas suas características de fluxos de caixa.

Da mesma forma, a Concessionária classifica os passivos financeiros como subsequentemente mensurados ao custo amortizado ou pelo valor justo por meio do resultado. Os passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado utilizam o método de taxa de juros efetiva, ajustados por eventuais reduções no valor de liquidação.

2.19. Custos de empréstimos

Custos de empréstimos diretamente relacionados com aquisição, construção ou produção de um ativo que requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no período em que são incorridos. Custos de empréstimos compreendem juros e outros custos incorridos por uma entidade relativos aos empréstimos.

2.20. Contrato de concessão – ICPC 01 (R1) IFRIC 12

A Concessionária contabiliza o contrato de concessão conforme a Interpretação

Técnica ICPC 01 (R1) IFRIC 12, que especifica as condições a serem atendidas em conjunto para que as concessões públicas estejam inseridas em seu alcance. A infraestrutura dentro do alcance da ICPC 01 (R1) IFRIC 12 não é registrada como ativo imobilizado das concessionárias porque o contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao poder concedente ao término do contrato de concessão. O concessionário tem acesso apenas para operar a infraestrutura para prestação dos serviços públicos em nome do poder concedente nos termos do contrato de concessão, atuando como prestador de serviço durante determinado prazo. O concessionário reconhece um intangível à medida que recebe autorização (direito) de cobrar dos usuários do serviço público e não possui direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do poder concedente.

A amortização do direito de exploração da infraestrutura é reconhecida no resultado do exercício de acordo com a curva estimada de utilização dos serviços da Concessionária dentro do prazo do contrato de concessão.

2.21. Adoção dos padrões internacionais de contabilidade

Novos procedimentos contábeis adotados:

Durante o exercício de 2021, foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e o IASB a revisão das normas descritas abaixo. Alguns pronunciamentos contábeis que se tornaram efetivos a partir do ano de 2021, tendo sido avaliados e sem impactos significativos nos resultados e posição financeira da Companhia.

- CPC 50 - Contratos de seguro (correlação ao IFRS 17). A vigência deste pronunciamento será estabelecida pelos órgãos reguladores que o aprovarem, sendo que para o pleno atendimento às normas internacionais de contabilidade, a entidade deve aplicar este pronunciamento para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2023.
- CPC Liquidação – Entidades de liquidação. Este pronunciamento entra em vigor a partir da determinação de cada órgão regulador.

Novas normas, alterações e interpretações à normas existentes que não são efetivas ainda e não foram adotadas antecipadamente pela Companhia (para as quais não se espera impactos significativos no período de adoção inicial e que, portanto, divulgações adicionais não estão sendo efetuadas).

3. CONTRATO DE CONCESSÃO

a) Objeto

O contrato tem por objetivo a concessão dos serviços públicos para a ampliação, manutenção e exploração da infraestrutura aeroportuária a serem implementadas nas seguintes fases:

- FASE I-A - Transferência das operações do Aeroporto sob comando da Infraero para a

Concessionária (fase concluída em 15 de fevereiro de 2013);

- FASE I-B - Ampliação do Aeroporto pela Concessionária para adequação da infraestrutura e melhoria do nível de serviços (fase concluída em 11 de maio de 2014);
- FASE I-C - Expansão aeroportuária e de adequação total a infraestrutura e ao nível de serviço disposto no Plano de Exploração Aeroportuária (PEA) (fase concluída em 12 de maio de 2016);
- FASE II - Demais fases de ampliação, manutenção e exploração do Aeroporto para o atendimento aos parâmetros mínimos de dimensionamento previsto no PEA (fase atual da Concessionária no exercício findo em 31 de dezembro de 2021).

Prazo de vigência

O contrato de concessão tem prazo de 20 (vinte) anos, podendo ser prorrogado por até 05 anos, sendo a concessão outorgada pela Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC).

Contribuição ao sistema

Pelo direito de exploração do complexo aeroportuário do Aeroporto Internacional de Guarulhos, a Concessionária, com a assinatura do contrato de concessão, se comprometeu a desembolsar o total de R\$ 16.213.000 com parcelas anuais de R\$ 810.650, sendo o saldo corrigido desde fevereiro de 2012, mês de realização da sessão pública do leilão, pelo IPCA-IBGE, em conta a favor do Fundo Nacional de Aviação Civil (FNAC), a título de outorga fixa. Em conformidade com os aditamentos ao contrato de concessão em 2017 e 2020 que alteraram o fluxo de pagamento da outorga fixa original, nos termos da Lei nº 13.499/2017, decorrente da reprogramação, permanecendo inalterado o valor presente líquido da outorga fixa original.

O contrato de concessão também prevê a realização do pagamento da contribuição variável anual que corresponde ao montante, em reais, resultante da aplicação da alíquota de 10% sobre a totalidade da receita bruta anual. Caso a receita bruta anual observada pela Concessionária exceda os valores determinados no contrato de concessão, a contribuição variável sobre a receita excedente será cobrada pela alíquota de 15%.

Bens integrantes da concessão

Integram a concessão os bens necessários a prestação do serviço de exploração aeroportuária já disponibilizados pelo poder público e incorporados à operação da Concessionária, tais como edificações, instalações, máquinas e equipamentos, móveis e utensílios, veículos, pistas de pouso e decolagem, pátios de manobra, dentre outros.

b) Direitos e deveres

Deveres gerais

Durante o período do contrato, a Concessionária tem por obrigação manter em bom estado de funcionamento, conservação e segurança, os bens necessários à prestação dos serviços que integram a concessão, além de manter um sistema de atendimento físico e eletrônico ao usuário e uma ouvidoria para apurar as reclamações relativas aos serviços

prestados.

Investimentos

Os custos com obras e intervenções nos bens do poder público, previstos no contrato de concessão, estão contabilizados no intangível, pois não há previsão no contrato de concessão para reembolso de parte ou de todo o investimento efetuado pela Concessionária. Extinta a concessão, retornam ao poder concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados ao complexo aeroportuário.

c) Remuneração da Concessionária

Receitas Tarifárias

São constituídas, pelas tarifas de embarque, conexão, pouso e permanência, armazenagem e capatazia.

Receitas não tarifárias

São constituídas, por cessão de espaço inerentes à exploração dos espaços comerciais e outros.

d) Transferência da concessão e do controle societário

A Concessionária e seu acionista privado não poderão realizar qualquer modificação direta ou indireta nos respectivos controles societários ou transferir a concessão sem a prévia e expressa anuência da ANAC, sob pena de caducidade do contrato.

e) Utilização do complexo aeroportuário

Disposições gerais

A Concessionária poderá celebrar com terceiros, prestadores de serviços de transporte aéreo, de serviços auxiliares ao transporte aéreo ou exploradores de outras atividades econômicas, contratos que envolvam a utilização de espaço no complexo aeroportuário, sendo que, a remuneração será livremente pactuada entre a Concessionária e a outra parte contratante.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Caixa e bancos	40.400	3.588
Aplicações em fundos de investimento lastreadas em títulos públicos	<u>207.337</u>	<u>325.963</u>
Saldo de caixa e equivalentes de caixa	<u><u>247.737</u></u>	<u><u>329.551</u></u>

As aplicações financeiras são representadas por fundos de investimentos lastreados em títulos públicos federais, em valores mobiliários do Tesouro Nacional e/ou Banco Central do Brasil (Bacen) e em operações lastreadas em títulos públicos federais, com remuneração

média de 101,26% do CDI (121,47% do CDI em 31 de dezembro de 2020), investimentos de curto prazo e com alta liquidez.

5. APLICAÇÕES FINANCEIRAS VINCULADAS

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Circulante	<u>747.330</u>	<u>145.647</u>
Conta Pagamento/ Reserva Outorga	747.330	145.647
Não circulante	<u>158.385</u>	<u>128.389</u>
CDB - Garantia Duke Energy	-	4.444
Conta Reserva	158.385	123.945
Saldo de aplicações financeiras vinculadas	<u><u>905.715</u></u>	<u><u>274.036</u></u>

A Concessionária possui aplicações em fundos de investimentos não exclusivos, de renda fixa, cuja carteira é composta exclusivamente por títulos públicos federais e operações lastreadas nestes títulos.

Os fundos são remunerados pela taxa média de 102,27% do CDI (121,47% do CDI em 31 de dezembro de 2020) sem prazo de carência, com baixo risco, que servem para compor o saldo da Conta Reserva, da Conta Pagamento e da Conta Outorga Fixa e da Conta Outorga Variável, destinado ao cumprimento das obrigações dos Contratos de Financiamentos e de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios firmado junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES e os Bancos Repassadores (Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, Itaú BBA e Bradesco), além do representante dos debenturistas de ambas emissões, representado pelo Agente Fiduciário.

Devido ao encerramento, em outubro de 2021, do contrato de compra e venda de suprimento de energia elétrica no mercado livre entre a Concessionária e a Rio Paranapanema Energia (empresa do Grupo Duke Energy) a Concessionária resgatou o CDB dado em garantia.

6. CONTAS A RECEBER

Em 31 de dezembro de 2021, a análise do vencimento de saldos de contas a receber de clientes é a seguinte:

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Contas a receber tarifárias		
Aeronaves	93.872	86.130
Armazenagem	<u>21.759</u>	<u>16.250</u>
	115.631	102.380
Contas a receber não tarifárias		
Receitas acessórias	<u>197.783</u>	<u>189.454</u>
Provisão para perdas esperadas com crédito de liquidação duvidosa	<u>(82.501)</u>	<u>(136.983)</u>
Total contas a receber	<u>230.913</u>	<u>154.851</u>
Circulante	<u>221.058</u>	<u>149.814</u>
Não circulante	<u>9.855</u>	<u>5.037</u>

Em 31 de dezembro de 2021, a análise do vencimento de saldos de contas a receber de clientes é a seguinte:

	Total líquido de PECLD	Provisão para perdas esperadas com crédito de liquidação duvidosa	Saldo não vencido e sem perda por ação recuperável	Saldos vencidos						
				<30 dias	de 31-60 dias	de 61-90 dias	de 91-120 dias	de 121-150 dias	de 151-180 dias	>180 dias
31 DE DEZEMBRO DE 2021	230.913	(82.501)	22.030	212.148	14.985	10.587	6.987	3.143	1.659	41.875
31 DE DEZEMBRO DE 2020	154.851	(136.983)	176.530	21.165	17.611	9.530	12.212	8.301	8.820	37.665

Em 31 de dezembro de 2021, a provisão para perdas esperadas com crédito de liquidação duvidosa é de R\$ 82.501 (R\$ 136.983 em 31 de dezembro de 2020).

Movimentação na provisão para perdas esperadas com crédito de liquidação duvidosa:

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Saldo no início do exercício	(136.983)	(53.504)
Adição/ Reversão	54.369	(126.574)
Baixa	<u>113</u>	<u>43.095</u>
Saldo no fim do exercício	<u>(82.501)</u>	<u>(136.983)</u>

A Concessionária avaliou as possíveis perdas de créditos no que representa a incerteza quanto ao recebimento a partir da estimativa de risco da carteira de clientes, aplicando julgamento e avaliação para a provisão ou não através das perdas incorridas e avaliação financeira pelo método de perdas esperadas.

Tendo em vista, o impacto da COVID-19, alguns clientes foram expurgados da matriz

de provisões e avaliados individualmente. Devido à deterioração da situação financeira de alguns clientes, foi realizado provisão de 100%, independentemente do vencimento ou não dos títulos.

Em virtude da melhora no cenário diante da redução dos efeitos da pandemia, que impactaram os nossos clientes realizamos análise individualizada por cliente e procedemos com a reversão da provisão da perda esperada baseado nas novas estimativas de recebimento dos valores devidos.

7. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES

a) Impostos a recuperar

	31/12/2021	31/12/2020
IRRF	4.955	2.617
IRPJ e CSLL	687	737
PIS e COFINS	33.251	27.024
INSS	-	35
Total dos impostos a recuperar - circulante	<u>38.893</u>	<u>30.413</u>
PIS e COFINS - não circulante	<u>336.913</u>	<u>361.934</u>
Total	<u><u>375.806</u></u>	<u><u>392.347</u></u>

O montante de PIS e COFINS apresentado em impostos a recuperar é composto pelos créditos das contribuições sobre os investimentos, os quais são compensados à medida da amortização dos bens contabilizados no ativo intangível. Conforme o OCPC 05, o ativo intangível é amortizado em função da curva estimada de demanda, pelo prazo da concessão.

b) Imposto de renda e contribuição social diferidos

A Concessionária, em conformidade com o CPC 32 - Impostos sobre o lucro (IAS 12), Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP/nº 01/2022 e fundamentada na expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, reconhece, quando aplicável, créditos tributários sobre prejuízos fiscais, bases negativas de contribuição social e diferenças temporárias que não possuem prazo prescricional, cuja compensação está limitada a 30% dos lucros anuais tributáveis.

O valor contábil do ativo fiscal diferido é revisado periodicamente e as projeções são revisadas pelo menos anualmente ou quando existem fatos relevantes que venham a modificar as premissas de tais projeções.

A Concessionária considera que as premissas utilizadas na elaboração das projeções de resultados e, conseqüentemente, a determinação do valor de realização dos impostos diferidos ao longo do prazo da concessão, espelham objetivos e metas a serem atingidos.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são apresentados como segue:

<u>Natureza</u>	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Ativo diferido		
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social	1.330.493	1.206.076
Diferenças temporárias - Provisões indedutíveis	18.041	18.041
Total	<u>1.348.534</u>	<u>1.224.117</u>
Passivo diferido		
Outorga fiscal e margem de construção(*)	(479.644)	(525.282)
AVP outorga fiscal e reequilíbrio	(81.107)	(88.995)
Arrendamentos	(164)	-
Total	<u>(560.915)</u>	<u>(614.277)</u>
Saldo ativo diferido líquido	<u><u>787.619</u></u>	<u><u>609.840</u></u>

(*) Os valores de imposto de renda e contribuição social diferidos constituídos sobre outorga fiscal e margem de construção, oriundos do extinto Regime Tributário de Transição (RTT), são amortizados mensalmente pelo prazo restante do contrato de concessão, conforme Inciso IV do artigo. 69 da Lei nº 12.973/14.

A Concessionária estima recuperar o crédito tributário decorrente de diferenças temporárias e prejuízos acumulados nos seguintes exercícios:

	<u>Ativo</u>
2024	23.238
2025	50.485
2026	77.054
2027 a 2032	1.197.757
	<u><u>1.348.534</u></u>

A realização do imposto de renda e contribuição social diferidos ativo é viável, considerando que o plano de negócios prevê que a Concessionária atinja o nível de operação plena e rentabilidade positiva prevista para ocorrer nos próximos anos.

c) Conciliação entre imposto de renda e contribuição social - alíquota nominal e efetiva

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais do imposto de renda e contribuição social é demonstrada como segue:

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Imposto de renda e contribuição social		
Prejuízo contábil antes do imposto de renda e contribuição social	(1.157.654)	(714.330)
Alíquota nominal do imposto de renda e contribuição social	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas da legislação	393.602	242.872
Ajustes no resultado líquido que afetam o resultado do exercício		
Diferenças permanentes	(78)	(313)
Imposto de renda e contribuição social diferido não constituído	(340.164)	(165.156)
Imposto de renda e contribuição social diferido constituído	124.419	512.897
Total dos impostos no resultado - diferido	<u>177.779</u>	<u>590.300</u>
Imposto de renda e contribuição social		
Corrente	-	-
Diferido	177.779	590.300
Alíquota efetiva do imposto de renda e contribuição social	<u>-15%</u>	<u>-83%</u>

Durante o exercício de 2021 a Concessionária gerou um montante de R\$ 215.745 relacionados a imposto de renda e contribuição social diferidos ativos, os quais não foram reconhecidos nas demonstrações financeiras por não estarem suportados pelas projeções de resultado elaboradas pela administração da Companhia. O valor acumulado, até 31 de dezembro de 2021 de imposto de renda e contribuição social diferidos ativos não constituídos é de R\$ 1.391.959 (R\$ 1.176.214 em 31 de dezembro de 2020).

d) Impostos a recolher

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Impostos sobre receita		
PIS e COFINS	94.076	93.833
ISSQN	8.463	5.739
	<u>102.539</u>	<u>99.572</u>
Impostos retidos sobre serviços		
ISSQN	827	618
IRRF	629	1.410
INSS	1.843	1.404
CSRF	835	699
	<u>4.134</u>	<u>4.131</u>
Circulante	<u>106.673</u>	<u>103.703</u>

8. PARTES RELACIONADAS

As operações entre quaisquer das partes relacionadas da Concessionária, sejam elas administradores, acionistas ou coligadas, são aprovadas pelos órgãos da administração competentes e divulgadas nas demonstrações financeiras.

Quando necessário, o procedimento de tomada de decisões para a realização de operações com partes relacionadas seguirá os termos do Artigo nº 115 da Lei das Sociedades por Ações, que determina que o acionista ou o administrador, conforme o caso, nas assembleias gerais ou nas reuniões da administração, abstenha-se de votar nas deliberações relativas: (i) ao laudo de avaliação de bens com que concorrer para a formação do capital social; (ii) à aprovação de suas contas como administrador; e (iii) a quaisquer matérias que possam beneficiá-lo de modo particular ou que seu interesse conflite com o da Concessionária.

A tabela a seguir apresenta o valor total das transações realizadas com partes relacionadas:

Parte relacionada	Transação	Relação	31/12/2021		
			Ativo não circulante	Passivo circulante	Resultado
INFRAERO (i)	Repasse de receita/custo	Acionista direto	36.449	55.945	12.321
INVEPAR (ii)	Folha de pagamento de funcionários a serviço GRU	Acionista indireto	-	521	-
			<u>36.449</u>	<u>56.466</u>	<u>12.321</u>

Parte relacionada	Transação	Relação	31/12/2020	
			Ativo não circulante	Passivo circulante
INFRAERO (i)	Repasse de receita/custo	Acionista direto	17.730	24.905
INVEPAR (ii)	Folha de pagamento de funcionários a serviço GRU	Acionista indireto	-	521
			<u>17.730</u>	<u>25.426</u>

a) Sumário das transações entre partes relacionadas

- (i) A Concessionária e a INFRAERO possuem valores de receitas e custos a serem repassados entre as partes, decorrentes da transição da operação. Os valores foram atualizados e estão sendo discutidos pela Administração, afim de liquidar os saldos entre as partes.
- (ii) O passivo com o acionista indireto INVEPAR decorre de gastos com funcionários cedidos à Concessionária.

b) Remuneração do pessoal-chave da Administração

A remuneração dos diretores e das demais pessoas chave da Administração durante o exercício foi a seguinte:

	31/12/2021	31/12/2020
Remuneração fixa anual		
Salário ou pró-labore	5.769	6.449
Outros benefícios	953	896
Encargos	1.118	1.247
Total da remuneração	7.840	8.592

A remuneração da Administração e dos principais executivos é determinada, considerando o desempenho dos indivíduos e as tendências de mercado.

A remuneração global máxima da Administração aprovada na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 27 de abril de 2021 para o exercício de 2021, é de R\$ 12.114, incluindo os encargos previdenciários incidentes.

Em 31 de dezembro de 2021, o passivo da Concessionária com obrigações com pessoal da administração totalizava R\$ 3.401 (R\$ 1.145 em 31 de dezembro de 2020).

9. IMOBILIZADO

	Taxas anuais médias ponderadas de depreciação %	Taxas anuais médias ponderadas de depreciação %				Saldo em 31/12/2021
		31/12/2020	Adições	Baixas	Transferência	
Custo						
Instalações		1.427	-	-	-	1.427
Máquinas e equipamentos		1.771	-	-	-	1.771
Móveis e utensílios		1.757	-	-	-	1.757
Veículos		2.274	-	(110)	-	2.164
Equipamentos de informática		4.777	-	-	53	4.830
Imobilizado em andamento		19	34	-	(53)	-
Total		12.025	34	(110)	-	11.949
Depreciação acumulada						
Instalações	10%	(574)	(143)	-	-	(717)
Máquinas e equipamentos	10%	(1.136)	(140)	-	-	(1.276)
Móveis e utensílios	10%	(1.253)	(140)	-	-	(1.393)
Veículos	20%	(1.934)	(114)	110	-	(1.938)
Equipamentos de informática	20%	(4.475)	(266)	-	-	(4.741)
Total		(9.372)	(803)	110	-	(10.065)
Imobilizado líquido		2.653	(769)	-	-	1.884

	Taxas anuais médias ponderadas de depreciação %	Taxas anuais médias ponderadas de depreciação %			Saldo em	
		31/12/2019	Adições	Baixas	Transferência	31/12/2020
Custo						
Instalações		11.944	-	(10.517)	-	1.427
Máquinas e equipamentos		3.736	-	(1.965)	-	1.771
Móveis e utensílios		2.758	-	(1.001)	-	1.757
Veículos		2.274	-	-	-	2.274
Equipamentos de informática		10.385	-	(5.615)	-	4.770
Imobilizado em andamento		-	26	-	-	26
Total		31.097	26	(19.098)	-	12.025
Depreciação acumulada						
Instalações	10%	(3.586)	(1.107)	4.119	-	(574)
Máquinas e equipamentos	10%	(2.957)	(140)	1.961	-	(1.136)
Móveis e utensílios	10%	(2.068)	(140)	955	-	(1.253)
Veículos	20%	(1.780)	(154)	-	-	(1.934)
Equipamentos de informática	20%	(9.458)	(358)	5.341	-	(4.475)
Total		(19.849)	(1.899)	12.376	-	(9.372)
Imobilizado líquido		11.248	(1.873)	(6.722)	-	2.653

Sobre o ativo imobilizado da Concessionária não há incidência de quaisquer garantias, penhor ou ônus de qualquer outra natureza.

Perdas por redução ao valor recuperável

Em 31 de dezembro de 2021, não foram identificadas evidências de ativos imobilizados com custos registrados superiores aos seus valores de recuperação.

10. INTANGÍVEL

	Taxas anuais médias ponderadas de amortização %	Taxas anuais médias ponderadas de amortização %			Saldo em	
		Saldo em 31/12/2020	Adições	Baixas	Transferências	Saldo em 31/12/2021
Custo						
Software		24.639	-	-	529	25.168
Outorga fixa - concessão		14.828.897	196.761	-	-	15.025.658
Investimento para concessão		4.326.333	4.448	(75)	31.495	4.362.201
Em andamento		22.636	20.004	-	(32.024)	10.616
Total		19.202.505	221.213	(75)	-	19.423.643
Amortização acumulada						
Software	20%	(21.090)	(1.153)	-	-	(22.243)
Outorga fixa - concessão	(a)	(4.554.215)	(553.524)	-	-	(5.107.739)
Investimento para concessão	(a)	(1.292.839)	(251.449)	26	-	(1.544.262)
Total		(5.868.144)	(806.126)	26	-	(6.674.244)
Intangível líquido		13.334.361	(584.913)	(49)	-	12.749.399

a) Amortização de acordo com a evolução da curva estimada de passageiros (PAX).

	Taxas anuais médias ponderadas de amortização %	Saldo em 31/12/2019	Adições	Baixas	Transferências	Saldo em 31/12/2020
Custo						
Software		28.370	-	(6.333)	2.602	24.639
Outorga fixa - concessão		14.662.964	165.933	-	-	14.828.897
Investimento para concessão		4.303.674	15.826	(23.730)	37.244	4.333.014
Em andamento		23.541	32.260	-	(39.846)	15.955
Total		19.018.549	214.019	(30.063)	-	19.202.505
Amortização acumulada						
Software	20%	(25.504)	(1.912)	6.326	-	(21.090)
Outorga fixa - concessão	(a)	(3.880.281)	(673.934)	-	-	(4.554.215)
Investimento para concessão	(a)	(1.053.404)	(246.184)	6.749	-	(1.292.839)
Total		(4.959.189)	(922.030)	13.075	-	(5.868.144)
Intangível líquido		14.059.360	(708.011)	(16.988)	-	13.334.361

(a) Amortização de acordo com a evolução da curva estimada de passageiros (PAX).

Segundo orientações contidas no OCPC 05, a outorga fixa foi reconhecida e ajustada a valor presente, à taxa de desconto de 9,15% a.a. e terá sua amortização de acordo com a evolução da curva estimada de passageiros e as despesas financeiras provenientes da atualização serão capitalizadas em função da curva de investimentos no ativo não circulante. A capitalização será realizada proporcionalmente a finalização de cada fase. Mais detalhes sobre a outorga fixa estão descritos na Nota Explicativa nº 13.

No exercício de 2020, foi registrado na rubrica de investimentos para a concessão o montante de R\$ 9.735 referente ao arrendamento para o projeto de modernização dos equipamentos e sistemas de estacionamento do sítio aeroportuário (vide Nota Explicativa nº 11).

As adições no exercício referem-se, em sua maioria, às obras em andamento e capitalização dos encargos da outorga fixa.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, foram capitalizados no ativo intangível R\$ 196.761 de atualização monetária da outorga fixa (R\$ 165.933 no exercício findo em 31 de dezembro de 2020) e R\$ 772 referente a juros sobre empréstimos e financiamentos (R\$ 1.867 no exercício findo em 31 de dezembro de 2020).

Sobre os ativos intangíveis da Concessionária não há incidência de quaisquer garantias, penhor ou ônus de qualquer outra natureza.

A amortização dos direitos de uso de software é calculada pelo método linear, considerando a sua utilização efetiva e não supera o prazo de cinco anos.

Perdas por redução ao valor recuperável

De acordo com o CPC 01(R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, os itens do ativo intangível, que apresentam sinais de que seus custos registrados são superiores aos seus valores de recuperação, são revisados para determinar a necessidade de provisão para redução do saldo contábil a seu valor de realização.

A Administração efetua análise anual do correspondente desempenho operacional e financeiro de seus ativos. Em 31 de dezembro de 2021, não foram identificadas evidências de ativos intangíveis com custos registrados superiores aos seus valores de recuperação.

O valor recuperável foi estimado com base no seu valor em uso, calculado entre 1º de janeiro de 2022 até 10 de julho de 2032 (previsão de término do contrato de concessão).

11. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

a) Composição da dívida

Credor	Tipo	Vencimento	Indexador	Encargos anuais (spread)	Saldo inicial 31/12/2020	Juros incorridos	Juros capitalizados	Pagamento do principal	Pagamento de juros	Saldo final 31/12/2021
BNDES	Finem Repasse direto	dez/27	TJLP	2,88%	1.856.612	129.434	-	(209.492)	(129.572)	1.646.982
BNDES	Finem Repasse direto	dez/27	TJLP	0,00%	3.167	139	-	(390)	(138)	2.778
BNDES (a)	Finem Repasse indireto	dez/27	TJLP	3,40%	800.936	58.767	772	(88.928)	(59.612)	711.935
Daycoval	Arrendamentos	ago/25	CDI	7,71%	9.257	998	-	(1.751)	(640)	7.864
Total					2.669.972	189.338	772	(300.561)	(189.962)	2.369.559

Parcela do circulante	297.842	322.347
Parcela do não circulante	2.372.130	2.047.212

(a) Banco do Brasil, Bradesco, Itaú e Caixa Econômica Federal.

Credor	Tipo	Vencimento	Indexador	Encargos anuais (spread)	Saldo inicial 31/12/2019	Captação/ Liberação	Juros incorridos	Juros capitalizados	Pagamento do principal	Pagamento de juros	Saldo final 31/12/2020
BNDES	Finem Repasse direto	dez/27	TJLP	2,88%	1.858.211	-	138.448	-	(73.614)	(66.433)	1.856.612
BNDES	Finem Repasse direto	dez/27	TJLP	0,00%	3.144	-	151	-	(64)	(64)	3.167
BNDES (a)	Finem Repasse indireto	dez/27	TJLP	3,40%	799.061	-	61.549	1.867	(31.048)	(30.493)	800.936
Itaú	Carta Fiança	Indeterminado	INPC	2,90%	6	-	19	-	-	(25)	-
Daycoval	Arrendamentos	ago/25	CDI	7,71%	-	9.735	304	-	(546)	(236)	9.257
Total					2.660.422	9.735	200.471	1.867	(105.272)	(97.251)	2.669.972

Parcela do circulante	216.082	297.842
Parcela do não circulante	2.444.340	2.372.130

(a) Banco do Brasil, Bradesco, Itaú e Caixa Econômica Federal.

Devido aos reflexos da pandemia, houve a postergação de pagamentos junto ao BNDES. Foi feita a adesão, a partir de 15 de maio de 2020, ao programa de *standstill* implantado pelo BNDES, paralisando por 6 meses o pagamento das parcelas de juros e principal dos contratos de financiamento firmados pela Concessionária, no âmbito do pacote de medidas socioeconômicas aprovadas pelo banco em caráter emergencial e com o objetivo de mitigar os efeitos da pandemia do novo Coronavírus no Brasil (vide nota explicativa nº 1.1). Os pagamentos de principal e juros foram retomados em 15 de novembro de 2020.

Os juros dos contratos de empréstimos e financiamentos são capitalizados em função da curva de investimentos no ativo não circulante. A capitalização será devida proporcionalmente à finalização de cada fase. No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, o montante capitalizado foi de R\$ 772 (R\$ 1.867 em 31 de dezembro de 2020).

Composição dos empréstimos de longo prazo por ano de vencimento:

2023	342.832
2024	373.759
2025	407.099
2026 em diante	923.522
	<u>2.047.212</u>

Financiamento de longo prazo - Finem Repasse Direto

Em 13 de dezembro de 2013, a Companhia celebrou Contrato de Financiamento com o Banco Nacional de Desenvolvimento Social - BNDES no valor de R\$ 2,4 bilhões dividido em quatro subcréditos: (i) “subcrédito A” no valor de R\$ 1,5 bilhão, (ii) “subcrédito B1” no valor de R\$ 435.000, (iii) “subcrédito B2” no valor de R\$ 487.000, e (iv) “subcrédito C” no valor de R\$ 17.300. Os juros incidentes sobre o valor principal dos subcréditos A e B são de 2,88% ao ano acrescidos a Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) e do subcrédito C é remunerado somente através da TJLP. O valor principal tem vencimento em 15 de dezembro de 2027. As liberações dos valores são realizadas mediante as demandas.

Financiamento de longo prazo - Finem Repasse Indireto

Em 13 de dezembro de 2013, a Companhia celebrou Contrato de Financiamento Mediante Repasse de Recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), junto aos bancos: Banco do Brasil S.A., Banco Bradesco S.A., Banco Itaú BBA S.A., Caixa Econômica Federal, todos os bancos, cada qual, com o percentual de 20%, no valor total de R\$ 1,03 bilhão dividido em três subcréditos: (i) “subcrédito A” no valor de R\$ 643.000; (ii) “subcrédito B1” no valor de R\$ 187.000; e (iii) “subcrédito B2” no valor de R\$ 209.000. Os juros incidentes sobre o valor principal são de 3,40% ao ano acima da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), com vencimento do valor principal em 15 de dezembro de 2027. As liberações dos valores são realizadas mediante a demanda.

Garantias e cláusulas restritivas financeiras

Os Contratos de Financiamento de Longo Prazo relacionados aos contratos firmados junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), aos bancos repassadores e

às debêntures de 1ª emissão e de 2ª emissão, representados pelo agente fiduciário tem como garantia as seguintes cláusulas restritivas:

- Os financiamentos são garantidos através do: (i) penhor da totalidade dos direitos creditórios da concessão através do contrato de cessão fiduciária de direitos creditórios, de administração de contras e outras avenças; e (ii) penhor de ações dos acionistas, com o contrato e penhor de ações e outras avenças do Aeroporto de Guarulhos Participações (GRUPAR) e contrato de penhor de ações e outras avenças da Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária (Infraero);
- A Concessionária possui o contrato de suporte de acionistas e outras avenças (*ESA - Equity Support Agreement*) que é parte integrante e inseparável do contrato de financiamento com o BNDES, que impõem a obrigação por parte dos acionistas de aportar na Concessionária o valor necessário para o pagamento integral e anual da Outorga, englobando as contribuições fixa e variável;
- Os contratos de financiamento de longo prazo possuem obrigações financeiras, *covenants*, que obrigatoriamente deverão ser apresentados após a conclusão de todas as obras financiadas, e servem exclusivamente de base para pagamento de dividendos ou juros sobre capital próprio acima do mínimo obrigatório.

Arrendamentos

Em 11 de fevereiro de 2019, a Concessionária firmou contrato de arrendamento com o Banco Daycoval para o projeto de modernização dos equipamentos e sistemas de estacionamento do sítio aeroportuário.

Em 28 de agosto de 2020, foi assinado o TRA - Termo de recebimento e aceitação do arrendamento celebrado junto ao Banco Daycoval. O montante foi classificado no intangível na rubrica de investimentos para concessão (vide Nota Explicativa nº 10).

12. DEBÊNTURES

1ª Emissão

Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 28 de janeiro de 2014, foi aprovada a primeira emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, em regime de garantia firme de colocação, para distribuição pública, estruturada de acordo com a Instrução CVM 476, no valor de R\$ 300.000, emitidas em quatro séries, com valor nominal unitário de R\$ 1 cada, totalizando 300.000 debêntures (75.000 debêntures para cada série).

Os recursos obtidos por meio desta emissão foram utilizados para suportar os investimentos na ampliação da infraestrutura do Aeroporto.

A atualização monetária sobre o valor unitário das debêntures ocorre através da variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), além dos juros remuneratórios de 7,86% a.a., correspondente a 1ª emissão.

Os juros remuneratórios das debêntures serão pagos ao final de cada período de capitalização, a partir da data de emissão até a data de pagamento dos juros das debêntures, sendo que a 1ª série

terá seu pagamento em 15 de março, a 2ª série em 15 de junho, a 3ª série em 15 de setembro e a 4ª série em 15 de dezembro, até a amortização do principal que será em 09 parcelas anuais, a partir de 15 de março de 2017 até 15 de dezembro de 2025, conforme vencimentos descritos a seguir:

<u>Amortização</u>	<u>1ª série</u>	<u>2ª série</u>	<u>3ª série</u>	<u>4ª série</u>
5%	15/03/2017	15/06/2017	15/09/2017	15/12/2017
5%	15/03/2018	15/06/2018	15/09/2018	15/12/2018
8%	15/03/2019	15/06/2019	15/09/2019	15/12/2019
10%	15/03/2020	15/06/2020	15/09/2020	15/12/2020
12%	15/03/2021	15/06/2021	15/09/2021	15/12/2021
15%	15/03/2022	15/06/2022	15/09/2022	15/12/2022
15%	15/03/2023	15/06/2023	15/09/2023	15/12/2023
15%	15/03/2024	15/06/2024	15/09/2024	15/12/2024
15%	15/03/2025	15/06/2025	15/09/2025	15/12/2025

2ª Emissão

Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 08 de agosto de 2014, foi aprovada a segunda emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, em regime de garantia firme de colocação, para distribuição pública, estruturada de acordo com a Instrução CVM 400, no valor de R\$ 300.000, emitidas em série única, com valor nominal unitário de R\$1 cada, totalizando 300.000 debêntures.

A totalidade dos recursos líquidos captados pela Concessionária por meio da segunda emissão de debêntures foi utilizada especificamente para a liquidação antecipada das notas promissórias emitidas em 07 de maio de 2014.

A atualização monetária sobre o valor unitário das debêntures ocorre através da variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), além dos juros remuneratórios de 6,40% a.a., correspondente à 2ª emissão.

Os juros remuneratórios das debêntures serão pagos ao final de cada período de capitalização, um ano após a emissão, até a amortização do principal que possuem vencimentos conforme descrito a seguir:

<u>Amortização</u>	<u>Série única</u>
5%	15/10/2018
5%	15/10/2019
8%	15/10/2020
10%	15/10/2021
12%	15/10/2022
15%	15/10/2023
15%	15/10/2024
15%	15/10/2025
15%	15/10/2026

Debêntures	Vencimento	Indexador	Encargos anuais	Saldo final 31/12/2020	Juros incorridos	Pagamento do principal	Pagamento de juros	Custo de emissão	Saldo final 31/12/2021
1ª emissão 476	dez/25	IPCA	7,86%	333.142	58.021	(40.865)	(26.574)	-	323.724
2ª emissão 400	out/26	IPCA	6,40%	348.463	58.397	(37.031)	(23.602)	-	346.227
Custo com emissão				(4.852)	-	-	-	959	(3.893)
Total				676.753	116.418	(77.896)	(50.176)	959	666.058

Parcela do circulante	102.671	129.849
Parcela do não circulante	574.082	536.209

Debêntures	Vencimento	Indexador	Encargos anuais	Saldo inicial 31/12/2019	Juros incorridos	Pagamento do principal	Pagamento de juros	Custo de emissão	Saldo final 31/12/2020
1ª emissão 476	dez/25	IPCA	7,86%	354.479	40.872	(34.895)	(27.314)	-	333.142
2ª emissão 400	out/26	IPCA	6,40%	362.719	38.221	(29.207)	(23.270)	-	348.463
Custo com emissão				(5.814)	-	-	-	962	(4.852)
Total				711.384	79.093	(64.102)	(50.584)	962	676.753

Parcela do circulante	85.711	102.671
Parcela do não circulante	625.673	574.082

Em 31 de dezembro de 2021, os custos de captação com as instituições financeiras para emissão das debêntures são de R\$ 3.893 (R\$ 4.852 em 31 de dezembro de 2020).

Segue abaixo a composição das debêntures de longo prazo por ano de vencimento:

2023	128.877
2024	128.877
2025	182.253
2026	96.202
	<u>536.209</u>

Até 31 de dezembro de 2021, a Concessionária realizou o pagamento de amortização do principal e dos juros das debêntures, conforme abaixo:

Pagamento	1º Emissão				2º Emissão	Total
	1ª série	2ª série	3ª série	4ª série	Série única	
Principal	9.856	10.063	10.301	10.645	37.031	77.896
Juros	6.376	6.564	6.719	6.915	23.602	50.176

Garantias e cláusulas restritivas financeiras (Vide Nota Explicativa nº 11).

13. CONCESSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO

Objeto	Saldo inicial 31/12/2020	Adições	Atualização (a) resultado	Atualização intangível	Transf.	Compensação (b)	Saldo final 31/12/2021
Outorga variável	155.999	183.080	-	-	-	(156.002)	183.077
Outorga fixa	1.293.640	-	252.154	26.715	1.334.494	(923.649)	1.983.354
(-) Reequilíbrio	(242.258)	(763.789)	(35.171)	-	-	1.079.651	38.433
Circulante	1.207.381	(580.709)	216.983	26.715	1.334.494	-	2.204.864
Outorga fixa	12.183.712	-	1.604.984	170.046	(1.334.494)	-	12.624.248
(-) Reequilíbrio	(94.560)	(9.504)	1.612	-	-	-	(102.452)
Não circulante	12.089.152	(9.504)	1.606.596	170.046	(1.334.494)	-	12.521.796
Total	13.296.533	(590.213)	1.823.579	196.761	-	-	14.726.660

(a) O impacto no resultado é composto pela atualização do saldo pelo IPCA.

(b) Compensação da Outorga conforme Decisão nº 191, nº 138, nº 404 e nº 477 da ANAC.

Objeto	Saldo inicial 31/12/2019	Adições	Atualização (a) resultado	Atualização intangível	Transf.	Compensação (b)	Pagamento	Saldo final 31/12/2020
Outorga variável	232.134	155.999	7.642	-	-	-	(239.776)	155.999
Outorga fixa	1.254.437	-	99.844	15.927	589.184	(665.752)	-	1.293.640
(-) Reequilíbrio	(9.405)	(856.602)	(35.957)	-	(6.046)	665.752	-	(242.258)
Circulante	1.477.166	(700.603)	71.529	15.927	583.138	-	(239.776)	1.207.381
Outorga fixa	11.682.545	-	940.345	150.006	(589.184)	-	-	12.183.712
(-) Reequilíbrio	(79.422)	(17.280)	(3.904)	-	6.046	-	-	(94.560)
Não circulante	11.603.123	(17.280)	936.441	150.006	(583.138)	-	-	12.089.152
Total	13.080.289	(717.883)	1.007.970	165.933	-	-	(239.776)	13.296.533

(a) O impacto no resultado é composto pela atualização do saldo pelo IPCA.

(b) Compensação da Outorga conforme Decisão nº 191, nº 138 e nº 215 da ANAC.

Devido aos reflexos da pandemia da COVID-19 (vide Nota Explicativa nº 1.1), houve a adesão à postergação do pagamento da outorga fixa e variável da Concessionária do Aeroporto Internacional de Guarulhos para 18 de dezembro de 2020, conforme art. 2º da Lei nº 14.034 de 05 de agosto de 2020. O montante foi atualizado com base no índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC).

Outorga fixa

Pela assinatura do contrato de concessão, a Concessionária se obriga a pagar à União uma contribuição fixa no total de R\$ 16.213.000, reconhecida e ajustada a valor presente, à taxa de desconto de 9,15% a.a., conforme a orientação técnica OCPC 05, que será paga em 20 parcelas anuais de R\$ 810.650. Esses pagamentos ocorrem no mês de julho de cada ano, sendo necessária a constituição de conta reserva em maio de cada ano. Os pagamentos são reajustados pelo IPCA-IBGE desde a data da realização da sessão pública do leilão, que ocorreu em fevereiro de 2012, até a data do efetivo pagamento, em conta a favor do Fundo Nacional de Aviação Civil (FNAC). Até 31 de dezembro de 2020, a Concessionária já liquidou 08 parcelas.

Repactuação da outorga fixa

1º Repactuação

Em 17 de agosto de 2017, através da Nota Técnica nº 11(SEI)/2017/SRA, a ANAC consentiu a reprogramação do fluxo de pagamento das outorgas e apresentou aditivo do contrato, estabelecendo o novo fluxo de pagamentos.

Em 26 de outubro de 2017, a Medida Provisória nº 779/17, que tratava sobre a reprogramação do pagamento da contribuição fixa, foi convertida na Lei nº 13.499/17, a qual, celebra os aditivos contratuais que versem sobre a alteração do cronograma de pagamentos das outorgas nos contratos de parceria no setor aeroportuário celebrados até 31 de dezembro de 2016.

Em 19 de dezembro de 2017, após o pagamento integral da outorga fixa de 2017, a Concessionária realizou a antecipação do valor de R\$ 319.000 (em valores de 2012), atualizado até esta data, totalizando o montante de R\$ 460.000 referente à parte da outorga fixa de 2018, em conformidade com o aditamento ao contrato de concessão que alterou o fluxo de pagamento da outorga fixa original, nos termos da Lei nº 13.499/2017 e da Portaria nº 135/MTPA.

De acordo com o referido aditamento, a Concessionária postergou para os anos entre 2031 e 2032 o montante pago antecipadamente de R\$ 319.000, devidamente atualizado. O saldo remanescente de R\$ 172.650 (em valores de 2012), foi pago em 11 de julho de 2018, devidamente atualizado, totalizando o montante de R\$ 242.740.

2º Repactuação

Com as alterações promovidas pela Lei nº 14.034 de 5 de agosto de 2020, onde prevê nos artigos 1º e 2º a postergação dos pagamentos das outorgas para 18 de dezembro, em virtude dos impactos causados pela pandemia do COVID 19. Mediante esta alteração, a Concessionária em 17 de dezembro de 2020, assinou junto à Agência Nacional da Aviação Civil (ANAC), termo aditivo ao contrato de concessão, contemplando a reprogramação do pagamento da Outorga Fixa, da seguinte forma:

- Pagamento da contribuição fixa de 2020 em duas parcelas, com 50% vencendo em 18 de dezembro de 2020, e os outros 50% a serem pagos junto com as outorgas fixas dos anos de 2029, 2030 e 2031; e
- Postergação dos vencimentos das outorgas de 2021, 2022, 2023 e 2024 passando de 11 de julho para 18 de dezembro de cada ano.

As informações foram divulgadas ao mercado através de fato relevante enviado em 18 de dezembro de 2020.

3º Repactuação

Em 07 de dezembro de 2021, a Concessionária protocolou um novo pedido de repactuação da outorga fixa, considerando para o ano de 2021, o pagamento de 50% do montante da parcela devida, conforme portaria nº 139 de 03 de dezembro de 2021.

Em 29 de dezembro de 2021, o pedido foi indeferido pela ANAC. A Concessionária impetrou Mandado de Segurança em virtude do indeferimento, obtendo deferimento integral do pedido de liminar. (Vide nota explicativa nº 27)

Outorga variável

Além da contribuição fixa, a Concessionária também se compromete a pagar a contribuição variável que corresponderá ao montante em reais resultante da aplicação da alíquota de 10% sobre o total da receita bruta anual, deduzida dos cancelamentos, devoluções e descontos incondicionais. Caso a receita bruta anual observada pela Concessionária exceda os valores determinados no contrato de concessão, a contribuição variável sobre a receita excedente será cobrada pela alíquota de 15%.

Em 17 de dezembro de 2020, a Concessionária pagou o montante correspondente a R\$ 239.776, referente a parcela de 2020 que foi prorrogada para 18 de dezembro de 2020, conforme art. 2º da Lei nº 14.034 de 05 de agosto de 2020.

Em 15 de maio de 2021, a Concessionária compensou com o saldo remanescente do reequilíbrio COVID-19, o montante de R\$ 156.002 referente a outorga variável do ano de 2020.

Reequilíbrio econômico financeiro - Decisão nº 191 da ANAC de 22 de dezembro de 2016

Em 30 de outubro de 2014, a Concessionária protocolou junto à ANAC o pedido de revisão extraordinária do equilíbrio econômico financeiro do contrato de concessão em razão da alteração contratual efetuada pela Decisão nº 121 da ANAC, de 13 de novembro de 2012, que teve como objetivo a alteração unilateral das tarifas aplicáveis aos serviços de Armazenagem e Capatazia, referentes às cargas importadas em trânsito. Tal regime tarifário diferiu pontualmente em relação àquele aplicável à Infraero no tocante ao mecanismo de cálculo das tarifas aeroportuárias aplicáveis ao mercado de carga importada. Entre as alterações, destaca-se o tratamento dispensado às cargas em trânsito para zona primária e trânsito internacional.

Em 22 de dezembro de 2016, a diretoria da Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC) aprovou 1ª Revisão Extraordinária do contrato de concessão do Aeroporto Internacional de Guarulhos em R\$ 113.844 com o objetivo de recompor seu equilíbrio econômico financeiro.

Conforme estabelecido na Decisão nº 191 da ANAC, a parcela da contribuição fixa devida em cada ano será deduzida pelo valor aplicável conforme tabela.

Ano	Valor a ser deduzido
2016	32.796
2017	7.143
2018	6.862
2019	6.580
2020	6.298
2021	6.019
2022	5.745
2023	5.521
2024	5.299
2025	5.025
2026	4.760
2027	4.505
2028	4.259
2029	4.022
2030	3.796
2031	3.593
2032	1.621
Total	113.844

Os valores estabelecidos na tabela, serão revistos quando da realização de revisões periódicas do fluxo de caixa marginal e, eventuais diferenças relativas às estimativas dos anos anteriores, deverão ser compensadas no pagamento da contribuição fixa seguinte à conclusão do processo de revisão. O valor a ser descontado em cada ano deverá ser atualizado pelo IPCA-IBGE, acumulado entre abril de 2016 e o mês anterior ao do pagamento da contribuição fixa anual e pela taxa de desconto do fluxo de caixa marginal de 6,81%, estabelecida pela Resolução ANAC nº 355, de 17 de março de 2015, proporcional ao número de meses correspondente.

Em 17 de agosto de 2021, mediante revisão extraordinária da Decisão 191 da ANAC, foi analisado detidamente as informações e os impactos da tributação sobre o valor dessa recomposição contratual, concluindo que o reequilíbrio devido até o final da concessão aumentou em R\$ 56.738 passando o saldo remanescente a ser de R\$ 145.806, a valores de março de 2021.

Reequilíbrio econômico financeiro - Decisão nº 138 da ANAC de 04 de agosto de 2020

Em 07 de março de 2019, a Concessionária interpôs o pedido de revisão extraordinária do contrato de concessão relativo ao evento “Novas exigências para alfandegamento”. A Concessionária sustenta que em razão de alteração da regulamentação da Receita Federal do Brasil - RFB, materializada pela Portaria nº 1001, de 6 de maio de 2014, teria sido obrigada a arcar com os custos decorrentes de contratação de pessoal habilitado para a operação dos equipamentos de inspeção não invasiva (escâneres) nas áreas de alfandegamento, despesas as quais eram anteriormente suportadas pela própria RFB.

Em 04 de agosto de 2020, conforme Decisão nº 138, a ANAC aprovou a revisão extraordinária do Contrato de Concessão do Aeroporto Internacional de Guarulhos com o objetivo de recompor seu equilíbrio econômico-financeiro.

A parcela da contribuição fixa devida em 2020 será deduzida pelo valor referente ao desequilíbrio verificado entre 2014 e 2020, correspondente a R\$ 10.082 a valores de agosto de 2014. Os valores serão atualizados pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, calculado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, acumulado entre agosto de 2014 e o mês anterior ao do pagamento da contribuição fixa anual devida em 2020, e pela taxa de desconto do fluxo de caixa marginal de 6,81%, estabelecida pela Resolução nº 355, de 17 de março de 2015, proporcional ao número de meses correspondente.

A partir de 2021, a parcela a ser deduzida da contribuição fixa em cada ano corresponderá valores indicados na tabela contida no anexo desta Decisão para o mesmo ano, os quais também deverão ser atualizados considerando o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, acumulado entre agosto de 2014 e o mês anterior ao do pagamento da contribuição fixa anual, e pela taxa de desconto do fluxo de caixa marginal de 6,81%, estabelecida pela referida Resolução nº 355, de 2015, proporcional ao número de meses correspondentes, conforme tabela abaixo.

Ano	Valor a ser deduzido
2014	1.040
2015	2.026
2016	1.675
2017	1.630
2018	1.354
2019	1.223
2020	1.134
2021	1.061
2022	994
2023	930
2024	871
2025	816
2026	764
2027	714
2028	669
2029	627
2030	587
2031	549
2032	304
Total	18.968

Reequilíbrio econômico financeiro - Decisão nº 215 da ANAC de 25 de novembro de 2020

Em razão dos prejuízos causados pela pandemia da COVID-19, com o objetivo de recompor o equilíbrio econômico financeiro da Concessionária, a ANAC aprovou a revisão extraordinária do contrato de concessão. O valor referente ao reequilíbrio verificado em 2020, corresponde ao montante de R\$ 854.914 a valores de 18 de dezembro de 2020, com incidência de PIS e COFINS sobre o montante.

Deste reequilíbrio, a Concessionária compensou a parcela da outorga fixa a pagar de 2020 com vencimento em 18 de dezembro de 2020, o montante de R\$ 634.639. O saldo remanescente não compensado de R\$ 220.275 será deduzido das parcelas das outorgas dos próximos anos.

Em 15 de maio de 2021, a Concessionária compensou o montante de R\$ 156.002 referente a outorga variável do ano de 2020. O saldo remanescente não compensado de R\$ 89.079 será deduzido da parcela da outorga fixa a ser paga em 18 de dezembro de 2021.

Em 25 de agosto de 2021, conforme Decisão nº 404, o qual aprovou a revisão do fluxo de caixa marginal do Contrato de Concessão do valor do reequilíbrio concedido decorrente dos impactos da pandemia do COVID-19 para o ano de 2020, dos meses de outubro a dezembro de 2020, devido as projeções utilizadas. Em decorrência dessa atualização o montante de desequilíbrio devido à Concessionária passou a corresponder R\$ 832.281, portanto uma redução correspondente a R\$ 22.633.

Reequilíbrio econômico financeiro - Decisão nº 477 da ANAC de 06 de dezembro de 2021

Em decorrência dos impactos causados pela pandemia COVID-19, a ANAC aprovou em 06 de dezembro de 2021, o valor correspondente ao desequilíbrio verificado em 2021, o montante de R\$ 799.675, a valores de 18 de dezembro de 2021. O valor aprovado pela Agência foi concedido com base em valores realizados e projetados no exercício, contudo a Concessionária revisou o

montante com base no realizado do exercício e mensurou um novo montante de R\$ 745.488, que será revisado no ano subsequente pela Agência.

14. PROVISÃO PARA OBRIGAÇÕES LEGAIS

A Concessionária é parte em processos administrativos e ações judiciais perante órgãos públicos e tribunais, decorrentes do curso normal de suas operações, envolvendo questões trabalhistas, tributárias, administrativas, cíveis e outros assuntos, como apresentado a seguir:

	<u>31/12/2020</u>	<u>Provisões</u>	<u>Reversões</u>	<u>Atualização</u>	<u>31/12/2021</u>
Provisão para riscos					
Trabalhistas (a)	25.775	11.910	(8.656)	1.191	30.220
Tributário (b)	165	10	(124)	3	54
Administrativos (c)	310	1.597	(627)	(2)	1.278
Cíveis (d)	3.619	6.886	(4.456)	273	6.322
Total	<u>29.869</u>	<u>20.403</u>	<u>(13.863)</u>	<u>1.465</u>	<u>37.874</u>

	<u>31/12/2019</u>	<u>Provisões</u>	<u>Reversões</u>	<u>Atualização</u>	<u>31/12/2020</u>
Provisão para riscos					
Trabalhistas (a)	16.573	11.112	(2.745)	835	25.775
Tributário (b)	170	-	(9)	4	165
Administrativos (c)	353	-	(49)	6	310
Cíveis (d)	343	3.403	(196)	69	3.619
Total	<u>17.439</u>	<u>14.515</u>	<u>(2.999)</u>	<u>914</u>	<u>29.869</u>

A Concessionária, baseada na opinião de seus consultores jurídicos, entende que as provisões registradas são suficientes para cobrir as prováveis perdas decorrentes de decisões desfavoráveis.

Riscos possíveis - Valores não provisionados

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Provisão para riscos		
Trabalhistas (a)	1.570	2.207
Tributários (b)	605.611	482.139
Administrativo (c)	40.965	42.534
Cíveis (d)	169.764	159.870
Total	<u>817.910</u>	<u>686.750</u>

a) Riscos trabalhistas

A Concessionária é parte em diversos processos de natureza trabalhista cujos objetos importam, em sua maioria, em pedidos de condenação subsidiária, decorrente de contratos de prestação de serviços (terceirização), estes processos representam 83% do total das contingências.

b) Riscos tributários

Existem Autos de Infração lavrados pela Receita Federal do Brasil, cujos objetos, em sua maioria, estão relacionados à atividade de armazenagem de mercadorias sob pena de perdimento nos armazéns do Aeroporto, Autos de Infração lavrados pela Prefeitura do Município de Guarulhos arguindo a cobrança de Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN), que nesta data encontram-se com a exigibilidade suspensa e, ainda, lançamentos de Imposto sobre a Propriedade Territorial Urbana (IPTU) dos anos de 2013 a 2021, também realizados pela Prefeitura do Município de Guarulhos, já impugnados, mas sem decisão administrativa. No caso do IPTU, caso a cobrança seja declarada devida pelo Poder Judiciário, a Concessionária entende possível requerer o reequilíbrio econômico-financeiro do Contrato de Concessão junto à ANAC.

c) Riscos Administrativos

Autuações oriundas de autoridades administrativas, como ANAC, Anvisa, Ipem-SP/Inmetro, Prefeitura do Município de Guarulhos, com instauração dos respectivos processos administrativos nos quais a Concessionária figura no polo passivo.

Considerando o valor envolvido e a matéria discutida, vale destacar Ação Civil Pública distribuída por suposto ato de Improbidade Administrativa que teria sido praticado por ex-Prefeito de Guarulhos (processo nº 1000336-33.2019.8.26.0224), que tramita na 2ª Vara da Fazenda Pública de Guarulhos cujo objeto é a alíquota de ISS entre os anos de 2012 a 2015, incidente sobre as receitas tarifárias.

d) Riscos cíveis

Processos de natureza indenizatória promovidos por passageiros, motivados por furto ou extravio de bagagem ou outros fatos ocorridos dentro do Aeroporto cuja responsabilidade está sendo imputada à Concessionária, ou processos promovidos por cessionários de área aeroportuária (lojistas, companhias aéreas, outros) e fornecedores, relativos de pleitos de indenização, cobrança de valores, obrigação de fazer, ou outras naturezas.

Depósitos recursais e judiciais

Em 31 de dezembro de 2021, a Concessionária possuía R\$ 27.183 em depósitos recursais e judiciais (R\$ 25.832 em 31 de dezembro de 2020).

15. RECEITA DIFERIDA

	Saldo inicial 31/12/2020	Adição	Apropriação	Transferência	Saldo final 31/12/2021
Cessão de espaço	10.616	1.280	(11.163)	10.523	11.256
Reequilíbrio	10.441	793.992	(803.866)	13.590	14.157
Circulante	21.057	795.272	(815.029)	24.113	25.413
Cessão de espaço	75.080	2.634	-	(10.523)	67.191
Reequilíbrio	52.610	43.137	3.269	(13.590)	85.426
Não Circulante	127.690	45.771	3.269	(24.113)	152.617
	<u>148.747</u>	<u>841.043</u>	<u>(811.760)</u>	<u>-</u>	<u>178.030</u>
	Saldo inicial 31/12/2019	Adição	Apropriação	Transferência	Saldo final 31/12/2020
Cessão de espaço	12.024	-	(19.850)	18.442	10.616
Reequilíbrio	7.756	856.602	(871.742)	17.825	10.441
Circulante	19.780	856.602	(891.592)	36.267	21.057
Cessão de espaço	89.237	4.285	-	(18.442)	75.080
Reequilíbrio	52.707	17.280	448	(17.825)	52.610
Não Circulante	141.944	21.565	448	(36.267)	127.690
	<u>161.724</u>	<u>878.167</u>	<u>(891.144)</u>	<u>-</u>	<u>148.747</u>

A receita diferida da Concessionária está composta por contratos com lojistas, referente à cessão de espaço, como também o impacto do reconhecimento diferido da receita com o reequilíbrio econômico financeiro.

16. OUTROS PASSIVOS

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Repasso PAN/PAT (a)	687	38
Repasso ao Tesouro Nacional (b)	97	15.420
Contribuição Mensal (c)	62.939	39.686
Total	<u>63.723</u>	<u>55.144</u>

(a) O repasse PAN/PAT foi fixado em função do uso das comunicações e dos auxílios, rádio e visuais em área terminal de tráfego aéreo (doméstico ou internacional) e é destinado ao Departamento de Controle do Espaço Aéreo (DECEA). Os percentuais são variáveis e determinados conforme peso das bagagens e cargas.

(b) O repasse ao Tesouro Nacional corresponde ao adicional do Fundo Nacional de Aviação Civil incidente sobre as tarifas de embarque internacional instituído pela Lei nº 9.825/99. O repasse corresponderá a US\$ 18,00

(dezoito dólares estadunidenses) independentemente da tarifa praticada e dos reajustes decorrentes do Contrato de Concessão. Em 01 de janeiro de 2021, o repasse ao Tesouro Nacional foi extinto mediante Lei nº 14.034/20 que revogou a Lei nº 9.825/99.

- (c) A Contribuição Mensal corresponde ao montante mensal resultante da aplicação de alíquota de 22,65% sobre a receita mensal proveniente da cobrança de Tarifas de Embarque, Pouso e Permanência e dos Preços Unificados e de Permanência, domésticas e internacionais, e de Armazenagem e Capatazia, sendo a contrapartida registrada no contas a receber.

17. PATRIMÔNIO LÍQUIDO (PASSIVO A DESCOBERTO)

Capital social

Em 31 de dezembro de 2021, o capital social da Concessionária é de R\$ 2.624.558 (em 31 de dezembro de 2020, era R\$ 2.624.558), sendo totalmente subscrito e integralizado. Composto por ações ordinárias escriturais e sem valor nominal.

	31/12/2021		
	Capital	Ações ordinárias	%
Aeroporto de Guarulhos Participações S.A. - GRUPAR	1.338.525	1.547.106.254	51
Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária - INFRAERO	1.286.033	1.486.435.421	49
Total	<u>2.624.558</u>	<u>3.033.541.675</u>	<u>100</u>

O Estatuto Social da Concessionária determina a distribuição de um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do Artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações.

18. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	31/12/2021	31/12/2020
Receita operacional bruta tarifária		
Receita de aeronave e passageiros	639.726	539.321
Receita de armazenagem e capatazia	865.970	610.049
Total da receita operacional bruta tarifária	<u>1.505.696</u>	<u>1.149.370</u>
Receita operacional bruta não tarifária		
Receitas acessórias	751.660	804.594
Total da receita operacional bruta não tarifária	<u>751.660</u>	<u>804.594</u>
Total da receita operacional bruta tarifária e não tarifária	<u>2.257.356</u>	<u>1.953.964</u>
Deduções da receita bruta	(654.581)	(578.209)
Impostos sobre receita	(282.145)	(229.422)
Contribuição mensal	(326.135)	(242.690)
Outras deduções	<u>(46.301)</u>	<u>(106.097)</u>
Receitas líquidas de serviços tarifários e não tarifários	<u>1.602.775</u>	<u>1.375.755</u>
Receita de construção	<u>32.024</u>	<u>39.543</u>
Receita operacional líquida	<u><u>1.634.799</u></u>	<u><u>1.415.298</u></u>

19. CUSTOS E DESPESAS

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Pessoal e encargos	(107.186)	(109.909)
Conservação e manutenção	(85.655)	(82.836)
Comunicação, marketing e publicidade	(754)	(1.048)
Seguros e garantias	(11.756)	(10.224)
Serviços de terceiros	(109.117)	(103.880)
Veículos	(814)	(667)
Consultoria e assessoria	(9.015)	(8.784)
Aluguéis e impostos	(9.200)	(7.822)
Energia elétrica	(38.623)	(35.042)
Contingências	(26.026)	(18.974)
PECLD*	54.482	(83.479)
Outorga variável	(180.060)	(153.425)
Depreciação e amortização	(806.767)	(923.877)
Custo de construção	(32.024)	(39.543)
Reequilíbrios econômicos financeiro**	726.240	790.028
Outros	(17.661)	(55.753)
	<u>(653.936)</u>	<u>(845.235)</u>
Custo dos serviços prestados	(1.255.344)	(1.335.542)
Custo de construção	(32.024)	(39.543)
Despesas gerais e administrativas	(69.072)	(239.290)
Outras receitas e despesas	702.504	769.140
	<u>(653.936)</u>	<u>(845.235)</u>

* Em decorrência da retomada gradual dos passageiros apresentadas no último exercício, a Administração reavaliou os riscos de não recebimento dos valores a receber de clientes e realizou a reversão da PECLD.

** Na rubrica está incluso o reequilíbrio COVID líquido de impostos incidentes e demais reequilíbrios (Vide nota explicativas nº 13).

20. RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Receita financeira		
Juros sobre aplicações financeiras	37.363	14.839
Outras receitas financeiras	52.689	41.962
Total	<u>90.052</u>	<u>56.801</u>
Despesas financeiras		
Atualização monetária sobre outorga fixa *	(1.857.137)	(1.047.831)
Juros sobre debêntures	(116.418)	(79.093)
Juros sobre empréstimos	(189.338)	(200.471)
Comissões e despesas bancárias	(2.691)	(2.635)
Outros	(62.985)	(11.164)
Total	<u>(2.228.569)</u>	<u>(1.341.194)</u>
Total do resultado financeiro líquido	<u>(2.138.517)</u>	<u>(1.284.393)</u>

* A variação é justificada pela atualização monetária sobre a outorga em decorrência do aumento do IPCA no período.

21. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO

A Administração da Concessionária, baseia suas decisões de negócios em relatórios financeiros preparados nos mesmos critérios usados na preparação e divulgação destas informações contábeis. As informações contábeis são regularmente revistas pela Administração da Concessionária para tomada de decisões sobre alocações de recursos e avaliação de performance. Portanto, a Administração concluiu que opera um único segmento “concessão aeroportuária” e considera que divulgações adicionais sobre segmentos não são necessárias.

22. PLANO DE BENEFÍCIO DE APOSENTADORIA

Em abril de 2014, a Concessionária tornou-se patrocinadora aderente do Plano de Aposentadoria de Contribuição Variável - Plano CV do Instituto Infraero de Seguridade Social (Infraprev) - com a finalidade de viabilizar a manutenção do plano para a massa de empregados oriundos da Infraero, em cumprimento às disposições expressas no anexo 25 do Edital de leilão nº 2/2011 - contrato de concessão de Aeroportos nº 002/ANAC/2012 - SBGR Aeroporto Internacional de São Paulo Governador André Franco Montoro - Guarulhos - Capítulo XV - das disposições transitórias, item “15.3”.

O patrocinador aderente se obriga a custear o Plano CV contribuindo, em caráter obrigatório, na forma fixada anualmente no plano de custeio, compartilhando obrigações e responsabilidades financeiras do plano referente à totalidade de seus empregados participantes do plano. O plano de custeio será aprovado anualmente pelo Conselho Deliberativo do Infraprev, devendo constar o regime financeiro e o cálculo atuarial.

O Pronunciamento Técnico CPC 33 (IAS 19) determina que em caso de apuração de um Ativo Atuarial Líquido, este somente poderá ser reconhecido se for claramente evidenciado que o mesmo poderá se reverter em benefício econômico para a patrocinadora, seja na forma de efetiva redução de suas contribuições para o plano, ou na forma de reembolso futuro.

Na última avaliação atuarial realizada não foi identificado passivo atuarial líquido relevante.

23. SEGUROS

Em 31 de dezembro de 2021, a Concessionária mantém apólices de seguros com vigência mínima de 12 meses que garantem continuidade e eficácia das operações realizadas no aeroporto, como seguro de responsabilidade civil aeroportuário, seguro de riscos operacionais, garantia de obrigações públicas, seguro de vida bombeiros, seguros de riscos diversos (equipamentos móveis - combate a incêndio) e seguro de frota operacional (carros de apoio ao aeroporto).

Modalidade	de indenização	Início	Fim	Seguradora
Riscos operacionais	1.742.350	24/05/2021	24/05/2022	Tokio Marine Seguradora
Responsabilidade civil de proprietários e operadores de aeroportos (US\$)	500.000	24/05/2021	24/05/2022	AXA Corporate Solutions Seguros S/A
Garantia de obrigações públicas	624.338	11/07/2021	04/06/2022	BMG/Pottencial Seguradora
Seguro de equipamentos móveis	16.256	24/05/2021	24/05/2022	Allianz Seguros S.A.
Seguro de frota	600.000	24/05/2021	24/05/2022	Tokio Marine Seguradora
Aeronautico - Drones	4.000	24/05/2021	24/05/2022	Mafre

A Concessionária tem participação na apólice de seguro D&O do grupo INVEPAR, com vigência de maio de 2021 a maio de 2022 com limite máximo de garantia de R\$ 100.000 com a Berkley International do Brasil Seguros S.A.

24. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E ANÁLISE DE SENSIBILIDADE DOS ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS

Os valores justos estimados de ativos e passivos financeiros da Concessionária foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliações. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequada. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes metodologias de mercado pode gerar alterações nos valores de realização estimados.

A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais, visando liquidez, segurança e rentabilidade. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas versus as vigentes no mercado, bem como na avaliação da situação econômico-financeira das instituições envolvidas. A Concessionária não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. A Concessionária não possui operações de derivativos ou faz uso deste instrumento de natureza operacional ou financeira.

Os valores constantes nas contas patrimoniais, como instrumentos financeiros, encontram-se atualizados na forma contratada até 31 de dezembro de 2021 e correspondem, aproximadamente, ao seu valor justo. Esses valores estão representados substancialmente por caixa e equivalentes

de caixa, aplicações financeiras vinculadas, valores a receber, empréstimos e financiamentos, debêntures e concessão de serviço público.

Instrumentos financeiros		31/12/2021		
	Valor justo	Custo amortizado	Total	
Ativos				
Caixa e equivalentes de caixa	247.737	-	247.737	
Aplicações financeiras vinculadas	905.715	-	905.715	
Contas a receber	-	230.913	230.913	
Partes relacionadas	-	36.449	36.449	
Total do ativo	1.153.452	267.362	1.420.814	
Passivos				
Fornecedores	-	50.325	50.325	
Partes relacionadas	-	56.466	56.466	
Empréstimos, financiamentos e arrendamento mercantil	-	2.369.559	2.369.559	
Debêntures (*)	-	669.951	669.951	
Concessão de serviço público	-	14.726.660	14.726.660	
Total do passivo	-	17.872.961	17.872.961	

(*) foi desconsiderado o valor do custo de captação.

Instrumentos financeiros		31/12/2020		
	Valor justo	Custo amortizado	Total	
Ativos				
Caixa e equivalentes de caixa	329.551	-	329.551	
Aplicações financeiras vinculadas	274.036	-	274.036	
Contas a receber	-	154.851	154.851	
Partes relacionadas	-	17.730	17.730	
Total do ativo	603.587	172.581	776.168	
Passivos				
Fornecedores	-	40.065	40.065	
Partes relacionadas	-	25.426	25.426	
Empréstimos e financiamentos	-	2.669.972	2.669.972	
Debêntures (*)	-	681.605	681.605	
Concessão de serviço público	-	13.296.533	13.296.533	
Total do passivo	-	16.713.601	16.713.601	

(*) foi desconsiderado o valor do custo de captação.

Os valores de instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado e apresentados acima se aproximam dos seus valores justos:

a) Crítérios, premissas e limitações utilizadas no cálculo dos valores justos

Os valores justos informados não refletem mudanças subsequentes na economia, tais como taxas de juros e alíquotas de impostos e outras variáveis que possam ter efeito sobre sua determinação. Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor justo:

- Hierarquia do valor justo

A Concessionária usa a seguinte hierarquia para determinar o valor justo dos instrumentos financeiros:

Nível 1: preços cotados nos mercados ativos para ativos ou passivos idênticos.

Nível 2: outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente.

Nível 3: técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado.

Mensurados a valor justo - Ativos financeiros	31/12/2021	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Caixa e equivalentes de caixa	247.737	247.737	-	-
Aplicações financeiras vinculadas	905.715	-	905.715	-
Total	1.153.452	247.737	905.715	-

Mensurados pelo custo amortizado - Passivos financeiros	31/12/2021	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Empréstimos, financiamentos e arrendamento mercantil	2.369.559	-	2.369.559	-
Debêntures (*)	669.951	-	669.951	-
Concessão de serviço público	14.726.660	-	-	14.726.660
Total	17.766.170	-	3.039.510	14.726.660

(*) Foi desconsiderado o valor do custo de captação.

Mensurados a valor justo - Ativos financeiros	31/12/2020	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Caixa e equivalentes de caixa	329.551	329.551	-	-
Aplicações financeiras vinculadas	274.036	-	274.036	-
Total	603.587	329.551	274.036	-

Mensurados pelo custo amortizado - Passivos financeiros	31/12/2020	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Empréstimos e financiamentos	2.669.972	-	2.669.972	-
Debêntures (*)	681.605	-	681.605	-
Concessão de serviço público	13.296.533	-	-	13.296.533
Total	16.648.110	-	3.351.577	13.296.533

(*) Foi desconsiderado o valor do custo de captação.

- Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras vinculadas

Os saldos em conta corrente mantidos em bancos têm seu valor de mercado idêntico aos saldos contábeis. Para as aplicações financeiras, os valores contábeis informados no balanço patrimonial aproximam-se do valor justo.

- Empréstimos e financiamentos

Os valores contábeis dos empréstimos em moeda nacional, obtidos junto ao BNDES estão compatíveis com o valor de mercado de tais operações, já que as operações similares não estão disponíveis no mercado financeiro, com vencimentos e taxas de juros comparáveis. Esses instrumentos financeiros estão classificados como passivos financeiros não mensurados a valor justo.

- Debêntures

As debêntures, em 31 de dezembro de 2021, apresentam valor de mercado de R\$ 657.606 (R\$ 620.311 em 31 de dezembro de 2020).

Fonte: CETIP

- Concessão de serviço público

Os saldos informados no balanço patrimonial aproximam-se do valor justo por se tratar de instrumentos financeiros com características exclusivas.

b) Fatores de riscos

A Concessionária mantém operações com instrumentos financeiros, onde há uma gestão de riscos de mercado e de crédito por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar a liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controles internos consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas *versus* condições vigentes no mercado. Não são efetuadas aplicações de caráter especulativo em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco, como também não efetuam operações definidas como derivativos exóticos. Os resultados obtidos com essas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Concessionária.

- Concentração de risco de crédito

Instrumentos financeiros que potencialmente sujeitam a Concessionária às concentrações de risco de crédito consistem, primariamente, em bancos, aplicações financeiras vinculadas e contas a receber. A Concessionária mantém contas correntes bancárias e aplicações financeiras vinculadas em diversas instituições financeiras, de acordo com critérios objetivos para diversificação de riscos de crédito.

As perdas de contas a receber foram registradas na rubrica de provisão para perdas esperadas com crédito de liquidação duvidosa, Nota Explicativa nº 6.

- Risco de liquidez

A Concessionária acompanha o risco de escassez de recursos por meio de uma ferramenta de planejamento de liquidez recorrente. O objetivo da Concessionária é manter o saldo entre a continuidade dos recursos e a flexibilidade através de contas garantidas e empréstimos bancários.

A tabela a seguir resume o perfil de vencimento do passivo financeiro da Concessionária em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020.

	Até 1 ano	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Superior a 5 anos	Total 31/12/2021
Fornecedores	50.325	-	-	-	50.325
Empréstimos e financiamentos	515.890	1.092.069	1.327.304	309.359	3.244.622
Debêntures	136.452	247.773	508.519	56.119	948.864
Concessão de serviço público	1.983.353	3.089.322	3.285.118	11.095.432	19.453.225
	<u>2.686.020</u>	<u>4.429.164</u>	<u>5.120.941</u>	<u>11.460.910</u>	<u>23.697.036</u>

	Até 1 ano	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Superior a 5 anos	Total 31/12/2020
Fornecedores	40.065	-	-	-	40.065
Empréstimos e financiamentos	492.191	1.001.597	1.143.740	1.057.967	3.695.495
Debêntures	123.067	253.286	377.176	211.555	965.084
Concessão de serviço público	1.293.640	2.823.526	2.922.654	18.379.046	25.418.866
	<u>1.948.963</u>	<u>4.078.409</u>	<u>4.443.570</u>	<u>19.648.568</u>	<u>30.119.510</u>

c) Análise de sensibilidade nas taxas de juros

A Concessionária está exposta a riscos de oscilações de taxas de juros em seus empréstimos e aplicações financeiras e efetuou análise de sensibilidade de acordo com o CPC 40 (R1) Instrumentos Financeiros.

Decorre da possibilidade da Concessionária sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. A Concessionária possui aplicações financeiras a taxas de juros flutuantes. As taxas de juros dos empréstimos, financiamentos, debêntures e obrigações com o poder concedente estão vinculadas à variação da TJLP, IPCA e CDI.

Na tabela a seguir, demonstramos o cenário provável sobre os ativos e passivos financeiros adotado pela Concessionária com base em projeções de indicadores do Banco Central do Brasil, principais instituições financeiras e nos preços de contratos futuros negociados em bolsa de valores e/ou mercadorias e futuros, com os respectivos impactos nos resultados da variável do risco considerado.

Ativo financeiro

Operação	31/12/2021	Risco/indexador	Cenário provável
Caixa e equivalentes de caixa (*)	247.737	CDI (% ao ano)	22.916
Aplicações financeiras vinculadas	905.715	CDI (% ao ano)	83.779
<u>Referência para ativos financeiros</u>			<u>Provável</u>
CDI (% ao ano)			9,25%

(*) O montante R\$ 207.643 corresponde a aplicações em fundos de investimento lastreados em títulos público indexadas pelo CDI.

Passivo financeiro

Operação	31/12/2021	Risco/indexador	Cenário provável
Empréstimos e financiamentos	2.361.695	TJLP (% ao ano)	125.642
Arrendamentos	7.864	CDI (% ao ano)	727
Debêntures	669.951	IPCA (% ao ano)	67.397
Concessão de serviço público	14.726.660	IPCA (% ao ano)	1.481.502
<u>Referência para passivos financeiros</u>			<u>Provável</u>
TJLP (% ao ano)			5,32%
CDI (% ao ano)			9,25%
IPCA (% ao ano)			10,06%

25. TRANSAÇÃO NÃO CAIXA

A Concessionária teve as seguintes transações não caixa no exercício que foram excluídas do fluxo de caixa:

	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Encargos financeiros sobre empréstimos e financiamentos capitalizados	772	1.867
Encargos financeiros sobre outorga capitalizados	196.761	165.933
Aquisição de intangível e imobilizado ainda não liquidada (fornecedores)	4.639	4.499
Compensação outorga	1.079.651	665.752

26. RESULTADO POR AÇÃO

O cálculo básico do resultado por ação é feito através da divisão do resultado do exercício atribuído aos detentores de ações ordinárias, pela quantidade média ponderada de ações disponíveis durante o exercício. Não houve outras transações envolvendo ações ordinárias ou potenciais ações ordinárias entre a data do balanço patrimonial e a data de conclusão dessas demonstrações financeiras.

A Concessionária não possui instrumentos diluidores em 31 de dezembro de 2021 e 2020, e conseqüentemente, não há diferença entre o cálculo do lucro por ação básico e diluído. A tabela a seguir apresenta os dados de resultado e ações utilizando o cálculo de resultado básico e diluído por ação:

<u>Resultado básico e diluído por ação</u>	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2020</u>
Numerador		
Prejuízo do exercício atribuído aos acionistas da Concessionária	(979.875)	(124.030)
Denominador (em milhares de ações)	<u>3.033.542</u>	<u>3.033.542</u>
Resultado básico e diluído por ação - em reais	<u>(0,323)</u>	<u>(0,041)</u>

27. EVENTOS SUBSEQUENTES

Em 10 de janeiro de 2022, a Concessionária impetrou Mandado de Segurança em razão do indeferimento injustificado da repactuação do cronograma de pagamento da outorga fixa, obtendo no dia 11 de janeiro de 2022 deferimento integral do pedido de liminar.

Em 19 de janeiro de 2022, a ANAC cumpriu a decisão judicial do Mandado de Segurança da suspensão da exigibilidade do recolhimento integral da parcela da outorga fixa vencida em 18 de dezembro de 2021.

* * *